

A-8

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE **TAQUIGRAFIA** E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, **ATA** E SÚMULA

SUMÁRIO

1. ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE JANEIRO DE 1991

1.1. ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1. COMUNICADOS DA MESA

- Projeto de lei de **autoria** do Deputado Cláudio Monteiro, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de **Justiça**, mediante a estrutura que **especifica**, e dá outras **providências**".

- Projeto de lei de autoria do Deputado Manoel de Andrade, que "Institui pensão especial para as viúvas de motoristas de táxi assassinados em serviço, e dá outras providências".

- Projeto de lei de autoria do Deputado **Maurílio** Silva, que "Assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva e regulamenta o item VII, do **art. 5º** da Constituição Federal".

- Projeto de lei de autoria da Deputada Lúcia Carvalho e outros, que, "Dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no DF".

1.2.2. COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO **PENIEL** PACHECO, em nome do PST

- **Conclamação** a todos os parlamentares a preservar o bom nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- Referências à matéria publicada na revista "Veja" com o título "Mentiras Retratadas" e solicitação de sua publicação nos Anais da Câmara Legislativa.

DEPUTADA **LÚCIA** CARVALHO, em nome da Bancada do PT

- Encaminhamento de projeto de **lei** que trata da **destinação** de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações e passeatas.

- Críticas à Portaria nº 011, de outubro de 1989, da Secretaria de Segurança Pública, que proíbe manifestações em locais públicos no Distrito Federal.
- Questionamento das medidas administrativas para sanar a falta de material de expediente na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Ponderações a respeito do dia do pagamento dos funcionários desta Casa.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE, em nome do PTR

- Considerações a respeito da Portaria nº 011, de outubro de 1989, da Secretaria de Segurança Pública, e ao projeto de lei de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que trata da destinação de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações e passeatas.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do PL

- Agradecimento ao Governador Joaquim Roriz pela indicação do novo Administrador do Núcleo Bandeirante.

1.2.3. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO JORGE CAUHY (PL)

- Comunicação de apresentação de projeto de lei que amplia benefícios das obras sociais de Brasília.
- Comentários sobre sua participação na abertura do Seminário "Nossas Crianças", no auditório do IDR, com a presença do Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO PADRE JONAS (PDT)

- Ponderações sobre as conseqüências da guerra do Golfo Pérsico para a sociedade brasileira.
- Considerações sobre o papel dos novos administradores regionais e a política de geração de empregos.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Repúdio ao aumento dos preços das passagens de ônibus autorizado pelo Governo local.

17-14

- Considerações a respeito da Assembléia Geral dos Rodoviários, convocada para decidir sobre proposta de reajuste **salarial**.

- Ponderações sobre as péssimas condições de vida de mais de quatro mil famílias que residem nas Quadras **429, 431** e 433, no Setor de Expansão de **Samambaia**.

DEPUTADO **WASNY DE ROURE** (PT)

- Reflexões sobre o modelo agrário criado para o Distrito Federal no início da construção de Brasília.

- **Questionamentos** a respeito da atuação da Fundação **Zoobotânica** na distribuição e uso de terras no Distrito Federal.

DEPUTADO AROLDO **SATAKE** (PDS)

- Elogio ao espírito de corpo que existe entre os Deputados Distritais, principalmente na aprovação de projeto de lei de interesse da população brasiliense.

- Menção à visita do Secretário de **Agricultura**, Dr. Renato **Simplicio** Lopes, à Câmara Legislativa e ao convite da Comissão de Assuntos Sociais a outros secretários de Governo.

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PDC)

- Manifestação de preocupação com a situação dos inquilinos no Distrito Federal.

1.3. GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PRP)

- Considerações sobre a precariedade de recursos materiais da polícia civil e o seu reduzido efetivo de policiais para atender a população do Distrito Federal.

- Comentários a respeito da **fragilidade** do sistema penitenciário do Distrito Federal.

- Registro de encaminhamento de projeto de lei, de sua **autoria**, que "**Cria** a Secretaria de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências".

- Análise da problemática social e reeducação do indivíduo que transgrediu as normas da sociedade em que **está** inserido.

DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE (PTR)

- Registro de encaminhamento de projeto de lei que "Institui Pensão Especial para as viúvas de **motoristas** de táxi assassinados em serviço, e dá outras **providências**".
- Considerações sobre a escalada da violência e os assassinatos de motoristas de táxi no Distrito Federal.
- Ponderações sobre o desamparo das famílias dos motoristas de táxi que são assassinados.
- Apelo aos órgãos competentes para que instalem torres repetidoras de sinais de televisão e rádio na **cidade-satélite** do Gama.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Denúncia de greve de fome de funcionários dos jornais "Correio do Brasil" e "O Povo", em virtude de demissões nas empresas e de falta de pagamento dos salários daqueles funcionários.
- Esclarecimentos sobre o pagamento dos funcionários dos Gabinetes dos Deputados Distritais.
- Registro de encaminhamento de projeto de lei, de sua **autoria**, que "Dispõe sobre a proibição de intermediação de **mão-de-obra**, e dá outras **providências**".
- Comentários a respeito da intermediação de mão-de-obra nos órgãos públicos do Distrito Federal.

1.4. ENCERRAMENTO

Ata dá 16- Sessão ~~Ordinária~~ , em 28 de janeiro de 1991 .
1ª Sessão Legislativa *Ordinária* , de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) ~~Salviano Guimarães~~-----

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) ~~Pedro Celso~~

Às 15 horas e 25 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|------------------------------------|--|
| ● Deputado Agnelo Queiroz(PC do B) | - Deputado José Edmar(PTR) |
| - Deputado Aroldo Satake(PDS) | - Deputado José Ornellas(PL) |
| - Deputado Benício Tavares(PDT) | - Deputada Lúcia carvalho(PT) |
| r Deputado Carlos Alberto(PCB) | - Deputado Manoel ^{de} Andrade(PTR) |
| - Deputado Cláudio Monteiro(PDT) | - Deputada M ^a de Lourdes(PSDB) |
| - Deputado Edimar Pireneus(PDT) | - Deputado Maurílio Silva(PTR) |
| - Deputado Eurípedes Camargo(PT) | - Deputado Pedro Celso(PT) |
| - Deputado Fernando Naves(PDC) | - Deputado Peniel Pacheco(PST) |
| - Deputado Geraldo Magela(PT) | - Deputada Rose Mary Miranda(PTR) |
| ● Deputado Gilson Araújo(PTR) | - Deputado Salviano Guimarães |
| - Deputado Padre Jonas(PDT) | - Deputado Tadeu Roriz(PSC) |
| n, Deputado Jorge Cauhy(PL) | - Deputado Wasny de Roure(PT) |

28 JAN 1991

CL-1

TAQ. SUELI

HORÁRIO: 15h25

28.01.91

1.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo numero regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

~~Passamos à primeira parte do Pequeno Expediente. Não há~~

Não há
→ requerimentos, projetos, avisos ou petições sobre a mesa.

Passamos ao #
PEQUENO # EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- " Jorge Cauhy
- Padre Jonas
- Pedro Celso .
- Wasny de Roure
- Aroldo Satake
- Fernando Naves

Iniciando a segunda parte do Pequeno Expediente, convido o Deputado Jorge Cauhy a fazer uso da palavra.

28 JAN 1991

01-2

1.2

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Pre-

sidente, meus caros Colegas, primeiramente quero agradecer aos amigos

o abraço fraternal e carinhoso que recebi hoje em meu gabinete. O *membre*

Deputado Padre Jonas parece que gostou muito da torta, e eu fiquei muito satis-

feito porque foi uma demonstração de que a cada dia maior é a nossa

união, a nossa aproximação. Tenho dito que esses encontros em nossos

gabinetes, para comemorar aniversários, trarão sempre novas oportunida

des de confraternização, de união, e é disso que precisamos nesta Ca-

sa para acabar com a cobras cascavéis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunico que dentre em

breve ~~meu~~ apresentar^{ei} projeto que amplia os benefícios das obras so-

ciais de Brasília. Estou estudando minuciosamente o setor, fazendo

pesquisas, para que o projeto esteja à altura das necessidades de nos-

sa cidade.

28 JAN 1991

CL-3

1.3

VENHO A ESTA TRIBUNA PROFUNDAMENTE SENSIBILIZADO, APÓS HAVER PARTICIPADO DA ABERTURA DO SEMINÁRIO "MOSSAS CRIANÇAS", PELO GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ, NO AUDITÓRIO DO IDR.

NA PRESENÇA DE SECRETÁRIOS DE ESTADO E DIVERSOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL, O SR. GOVERNADOR AFIRMOU: "NÃO FICAREI TRANQUÍLO ENQUANTO UM SÓ MENINO ESTIVER JOGADO NAS RUAS DE BRASÍLIA. PODEM ESTAR CERTOS DE QUE O GOVERNO VAI CUMPRIR A SUA PARTE".

E DEPOIS ACRESCENTOU DADOS ASSUSTADORES: "NO DISTRITO FEDERAL, EXISTEM 70 MIL CRIANÇAS CARENTES, DAS QUAIS MIL DORMEM PELAS RUAS."

SR. PRESIDENTE, TODOS SABEMOS QUE O PROBLEMA DO MENOR É NACIONAL. EM QUALQUER GRANDE CIDADE BRASILEIRA, LEGIÕES DE MENINOS PERAMBULAM PELAS PRAÇAS E RUAS, SEM ESTUDOS, ORIENTAÇÃO, UM MÍNIMO DE ATENÇÃO E CALOR HUMANO. FICAM EXPOSTOS A FOME E AO DESALENTO. SÃO VITIMAS, E NÃO CÚMPLICES, DOS MAUS ELEMENTOS QUE, COM SEDUÇÕES E PÉSSIMOS CONSELHOS, MANIPULAM MEDO E DÚVIDAS ANTE UMA REALIDADE DESFAVORÁVEL, PARA REVOLTA CONTRA A SOCIEDADE.

MAS TODOS NOS QUE ESTIVEMOS NO AUDITÓRIO DO IDR NO DIA 23.01.91, PERCEBEMOS CLARAMENTE QUE NA CAPITAL DA REPÚBLICA, ESSE TRISTE QUADRO VAI MUDAR.

8 SR. GOVERNADOR, AO EXPOR O PLANO DO TRABALHO QUE SE INICIA, NOS CONVOCOU A PARTICIPARMOS, UNIRMOS FORÇAS COM ELE E SUA EQUIPE, PARA O QUANTO ANTES AMPARARMOS ESSAS CRIANÇAS.

E EU ME SENTI IMEDIATAMENTE ENGAJADO NA CAMPANHA, NÃO APENAS COMO DEPUTADO DISTRITAL, MAS TAMBÉM COMO CIDADÃO E PRESIDENTE DO PARQUE ASSISTENCIAL DO CENTRO ESPÍRITA SEBASTIAO O MÁRTIR.

NA VERDADE, DESDE QUE A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SRA. MARIA DO BARRO, EXPÔS O PROJETO DAQUELA SECRETARIA VISANDO O MENINO E O ADOLESCENTE DE RUA, RESERVAMOS 160 LEITOS DO PARQUE ASSISTENCIAL PARA AQUELES MENORES, COMO JÁ REFERIMOS NESTA CASA.

28 JAN 1991

1.4

CL-4

CONCLUINDO, SR. PRESIDENTE, RENOVAMOS A TODOS OS PRESENTES A CONVOCAÇÃO DO DR. JOAQUIM RORIZ, PARA APOIAREM, NO QUE ESTIVER AO ALCANCE DE CADA UM, ESTA GRANDE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA CAPITAL FEDERAL. ENCERRAMOS NOSSO PRONUNCIAMENTO NO PEQUENO EXPEDIENTE, COM UMA FRASE BASILAR DO SR. GOVERNADOR : " É NECESSÁRIO QUE SE TRABALHE O HOMEM, QUE SERVE DE EXEMPLO A CRIANÇA".

DIGO MAIS, INVESTIR NA CRIANÇA É ASSEGURAR A PAZ SOCIAL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS.

Muito obrigado.

28 JAN 1991

CL-5

1.5

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Salviano Guimarães) - Com a palavra

O Deputado Padre Jonas ~~WAAAAA~~

O SR. ~~PADRE JONAS~~ (PDT .Sem revisão do orador.) - Sr. Pre

sidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero ratificar, em nome da comunidade de Sobradinho, o alto nível das negociações, o espírito profundamente democrático que guiou os nossos passos nesses últimos dias, quinta e sexta-feira, para que confirmássemos aquilo que os diversos segmentos da comunidade desejam. E neste momento agradeço ao nosso Governador a liberalidade político-administrativa que demonstrou, não obstante estarmos nós em um partido de oposição, mas procurando, através do diálogo inteligente, negociar a favor da comunidade, chegar a termos altamente positivos para aquela comunidade.

Não se trata aqui de um retorno, de uma pendência política, mas, sim, de uma colaboração cada vez maior com aqueles que buscam o bem da comunidade, através de negociações cada vez mais concretas a favor dos menos favorecidos,

28 JAN 1991

~~discurso.)~~~~O SR. PE. JONAS VETTORACI (PDT) Pronuncia a seguinte~~~~Senhor Presidente,~~~~Senhores Deputados,~~

21-6

Gostaria de fazer algumas considerações *Pr. Presidente.*

Em primeiro lugar, quero deixar registrada aqui a minha preocupação diante do grave e ao mesmo tempo especial momento em que presenciamos o desenrolar de uma Guerra no Golfo Pérsico, cujas dimensões e conseqüências para a Humanidade são de difícil previsão neste instante, mas que, certamente, afetarão a todos nós, brasileiros.

Independentemente da guerra, já vimos atravessando dificuldades terríveis, seja pelos elevados níveis dos índices da inflação, seja pelas altas taxas de desemprego, cujos reflexos, dentre outros, são a fome, a falta de moradia, o analfabetismo, as doenças, a miséria, a aflição e o desespero da família brasileira.

No Distrito Federal, não é diferente a situação. Embora grandes esforços estejam sendo feitos no sentido de reverter esse estado de coisas, pouco se vislumbra no horizonte, diante da imensidão das carências sociais. É realmente um grave momento, este que estamos vivendo, mas, por outro lado, há algo de especial que precisa ser focalizado e que poderá renovar nossas esperanças e a esperança do nosso povo. Refiro-me ao fato de que as nossas Administrações Regionais estão tomando conhecimento do nome daqueles líderes institucionais que estarão, durante os próximos anos, à frente das respectivas comunidades, por delegação expressa do Chefe do Executivo do Distrito

23 JAN 1997

Cl. F -02 -

Federal, ^{que,} ~~o qual~~ neste momento da vida brasileira, de grande valorização da Democracia, em que o poder é exercido por alguém em nome do povo, saberá escolher aquelas pessoas que mais se identifiquem com este sábio primado do mundo civilizado, para desempenhar essa espinhosa e nobre missão, uma vez que as Administrações Regionais ainda não ganharam autonomia política.

Esses Administradores adotarão posturas e estratégias renovadoras, buscando definir, em primeiro lugar, qual a vocação, qual o potencial, digamos assim, de sua cidade. Para a realização dessa tarefa inicial é muito importante que não se exclua a participação explícita das Universidades e de outros órgãos de estudo e pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq, e a Fundação Getúlio Vargas, por exemplo. Essas instituições, lado a lado com todas as forças de cada comunidade, ~~de~~ per si, ^{se,} incluindo ^{se,} evidentemente, as instituições de financiamento e os empresários, tenho certeza, em muito pouco tempo, propiciarão a cada Administrador, aquelas condições ideais e indispensáveis para o passo seguinte, que será o de implantação das idéias e projetos ali brotados e produzidos. Essa implantação continuará contando sempre com todas aquelas entidades e pessoas que iniciaram e/ou que se incorporaram ao processo durante o andamento dos trabalhos.

por outro lado, ^{se,} ~~fi~~ ^{se,} ~~me~~ ^{se,} ~~or~~ Presidente, quero registrar aqui que todo esse esforço deverá ter como preocupação fundamental, e com muita clareza e objetividade, a geração de empregos em cada uma das Cidades-Satélites de Brasília, no Plano Piloto, bem como no Entorno do Distrito Federal. Essa diretriz de política governamental terá um decisivo impacto social e econômico em cada Núcleo populacional Urbano e Rural, em

28 JAN 1991

OL-8^{2/3}
-03 -

função da redefinição espacial do mercado de trabalho, bem como do considerável aumento da oferta de trabalho nos referi dos núcleos populacionais.

Até se poderia dizer que estaria sendo feita uma verdadeira reforma ou modernização na estrutura e na distribuição espacial do Distrito Federal, com implicações na descentralização administrativa do Governo, na destinação e utilização do solo urbano e rural, no modelo dos sistemas educacional, cultural e de lazer, de saúde e saneamento, no modelo do sistema de transportes, do sistema de abastecimento e até mesmo em um novo desenho do tratamento a ser dado aos setores industriais que permeiam timidamente as diferentes Regiões Administrativas, sem muita preocupação com a variável ecológica. Não ! Ainda não se está nesse patamar, uma vez que somos conscientes de que somente com o advento da Lei Orgânica, haverá o pleno exercício do direito da cidadania. Será no instante mesmo de sua confecção que os 24 Deputados Distritais eleitos por votação direta e secreta, em contato constante com a fonte da água viva que é o povo, através de consultas, reuniões, debates e pesquisas, deverão ouvir, colher, analisar, elaborar e promulgar a espinha dorsal, que sustentará equilibra-dos seus membros com suas funções epecíficas, numa convergência de idéias, sugestões e soluções.

Sabemos também, Sr. J Y Srs. Senhor Presidente, Senhores Deputados, que somente nossa Lei Orgânica, regida por uma Plano Diretor, terá condições de apresentar, dentro do w» universo de suas necessidades, aspirações e sugestões, soluções cabíveis, justas, oportunas e adequadas, que não se conflitem, mas se

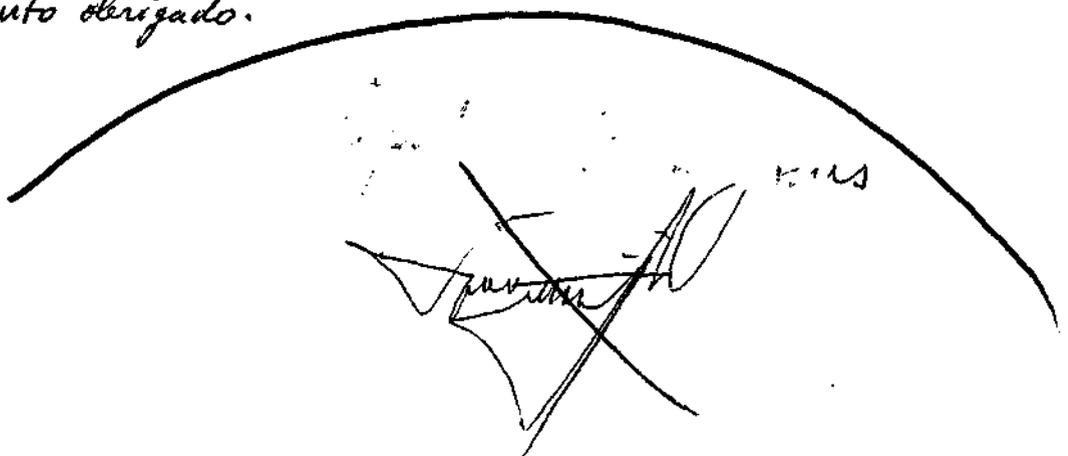
28 JAN 1991

2/4
-04 -
CL-9

harmonizem dentro de um esquema de prioridades planejadas e, com recursos financeiros definidos para cada área, poderá dar a melhor resposta às necessidades **sócio-econômicas** de nosso povo. Entretanto, enquanto isso não acontece, faz-se **indispensável** que os dirigentes **governamentais**, em especial os futuros Administradores Regionais, assumam posturas, pelo menos em parte, diferenciadas dos velhos e superados figurinos até hoje vigentes.

Assim, nobres colegas, se **nós**, Deputados **Distritais**, não nos **interessamos** por aqueles que se interessaram por **nós**, **nos** colocando aqui não seremos nós, por certo, os maiores alienados de nós mesmos, que os representamos nesta casa?

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A palavra com o nome Deputado Pedro Celso, Sem revisão do orador.)
O SR. PEDRO CELSO (PT) nu)

CL-10

28 JAN 1991

v. Sr. / p
Senhor presidente,
Nobres Deputados,

registro o meu repúdio ao aumento abusivo dos preços das passagens autorizado pelo Governador Joaquim Roriz. Este foi o primeiro "presente de grego" para usuários nesta nova fase de Governo do ^{Sr.}Roriz. Um trabalhador que ganha um salário mínimo deixará a metade de seu orçamento nas roletas dos ônibus. Ele gastará 6 mil e 160 Cruzeiros ^{na ida e volta para o} trabalho, nos 22 dias úteis do mês. Em São Paulo, por exemplo, um trabalhador na mesma situação, gastará apenas 2 mil 380 cruzeiros.

Repudio também a manutenção desse lamentável privilégio dos empresários do setor de transporte e a atitude do ^{de Comunicação Social} Secretário de Comunicação ~~de~~ Fernando Lemos, que tenta imputar a culpa do aumento aos rodoviários. A categoria não tem ^{alguma} culpa por isso, pois, no Distrito Federal, como denunciei na semana passada, o salário pago a um motorista, por exemplo, é um dos piores do País e corresponde a 292,6 passagens de um Grande Circular. Enquanto isso, a passagem dispara como a mais cara do País, quase o dobro da de São Paulo.

Informo aos nobres Deputados que os rodoviários recusaram, na assembléia geral de ontem à noite, a ^{ANTECI-}repro-
^{PAÇÃO IRRISÓRIA}sição ~~minimizada~~ de 50% ~~oferecida~~ oferecida por Roriz; ^{a PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO} a partir de 1º de fevereiro do ano.
A categoria decidiu continuar a luta e parar a cidade a qualquer momento. Alerto que é uma obrigação dos membros desta Casa, solicitar ao GDF a reabertura das negociações, a fim de evitar transtornos à população.

28 JAN. 1991

Ek-11 3.2

██████████ Por ocasião das negociações coletivas dos trabalhado
res de transporte surge ^{sempre} a figura do aumento das tarifas. Recebemos
informações do próprio Governador e do Secretário de Transportes de
que existe um déficit no Caixa Único, deixado pelo Governador Wander
lei Ualim. de ~~quatrocentos e noventa~~ ⁴⁹⁰ milhões de cruzeiros. Este au-
mento de passagem é, sem dúvida, para cobrir este rombo do caixa Úni
co e para manter o lucro das empresas. Portanto, de forma alguma
justifica-se quererem fazer da categoria dos rodoviários "bode ex -
piatório" desse novo e abusivo aumento de tarifas. ██████████

██████████



28 JAN 1991

OL-12

Orador: Pedro Celso (continua)

Taq: Ivi

Hora: 15h40min

Data: 28.01.91

4/1

Segundo a proposta do Governador, dos Secretários dos Transportes, Dr. Marcelo Perrupato e Silva, e o do Trabalho, José Renato Riella, desde ontem, não são estão ganhando no preço da tarifa, como também no aumento do valor do custo do quilômetro, enquanto a proposta para os trabalhadores passaria a vigorar com a antecipação de 50%, a partir de 19 de fevereiro, e só receberiam em 19 de março.

É uma proposta praticamente irrisória, que não repõe sequer as perdas da inflação, provocada nos meses de janeiro e fevereiro, e muito menos as perdas passadas.

Portanto, a categoria recusou a proposta e continua em luta. Inclusive marcou um ato nesta Câmara Legislativa ██████████ ^{na} próxima quinta-feira, às 15h, a fim de tentar sensibilizar os Deputados, para que também pressionem o Governo do Distrito Federal a apresentar uma proposta mais condigna, que reponha pelo menos em parte seus salários.

Quero acrescentar que estive, ontem, nas Quadras 429, 431 e 433, no ^TSetor de Expansão de Samambaia, onde pude constatar as péssimas condições de vida a que estão sujeitas mais de quatro mil famílias, que ali residem. Elas não têm água, escola, posto

28 JAN 1991

EL-13
4/2

de saúde, esgoto, asfalto, posto policial, orelhão ^{telefônico} público, sequer agência dos Correios nem terminal de ônibus.

Normalmente, os moradores desse local recebem um apelido dos outros moradores da própria Samambaia. De uma forma irônica, denominam o local de "Rocinha", ^{em virtude da} precariedade, que é maior do que no restante de Samambaia. Não ^{há} sequer um chafariz de água. Esta é servida através de carros-pipas e, segundo me informaram as donas de casa, as mães de família, faz ^{mal} às crianças, por estar contaminada. É recolhida, segundo elas, numa mina próxima ao local e tem constantemente feito mal às crianças. São aproximadamente quatro mil famílias que moram ali em condições completamente subumanas.

Além disso tudo, somente um ônibus faz a linha para aqueles locais ^{de} enxurrada entope as fossas, as cisternas e as próprias casas dos moradores. Por não contarem com para-raios, os moradores correm risco de vida, ^{no caso de ali caírem} raio? Um cidadão, há algum tempo ficou quatro meses sem fala, após sua casa ser atingida por um raio. ^{Também ficaram danificados os} poucos eletrodomésticos que possuem aqueles moradores. Quando chuvas ^{fortes} ocorrem, os aparelhos queimam.

28 JAN 1991

EL-14

4/3

Ainda ontem, os moradores me entregaram um abaixo-assinado, com mais de 800 assinaturas, no qual solicitam a minha intervenção para que suas reivindicações sejam atendidas pelo Governo do Distrito Federal e seus órgãos competentes.

Para que V.Exas. tenham uma idéia, Sras. e Srs. Deputados, o pessoal está andando quatro quilômetros a pé para tomar um ônibus. Ainda assim, a única linha ^{de ônibus} passa de hora em hora. É também comum os ônibus não passarem, porque as vias ^{de acesso} a aquele local, por ocasião das chuvas, ficam interditadas.

É uma temeridade o que está acontecendo, uma verdadeira barbárie.

Houve um ato público, ontem, que se repetirá em outras ocasiões. Os moradores esperam ver suas reivindicações atendidas.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

* * *

28 JAN 1991

U-14

4/4

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Salviano Guimarães) - Concede a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. ~~WASNY DE ROURE~~ (PT. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante da crescente abordagem da questão fundiária no Distrito Federal, gostaria de fazer, neste Pequeno Expediente, uma apreciação sobre a matéria.

28 JAN 1991

CL 5-16

~~DISCURSO DE WASNY DE ROURE~~

Dr. Presidente, Sr. e Srs.

~~Senhoras Deputadas, Senhores~~ Deputados e demais companheiros de luta,

☐ Cf modelo agrário criado para o Distrito Federal no início da construção de Brasília, considerado um bom modelo ^{eficiente,} de estrutura fundiária, e que poderia ser extendido ao resto do país, tem sido, nos últimos 15 anos desvirtuado e mutilado.

A concepção original deu à terra funções inequívocas de produção e sustentação da família rural, através de um mecanismo muito simples, ou seja, terão direito ao uso do solo rural aqueles que o tornarem produtivo e útil à sociedade.

Este princípio elementar está sendo substituído por um outro, porém perverso e elitizante: terá direito à terra quem melhor proveito pessoal puder extrair dela.

Nitidamente está se trocando o interesse social pelo ~~o~~ meramente econômico, capitalista, apesar da recente legislação - Dec. nº 10.024, de 22 de dezembro de 1985, de conteúdo aceitável.

3 preciso alertar a sociedade para o engodo que se quer disseminar na afirmação de que o produtor rural não investe porque não tem o título da terra. A realidade é que o verdadeiro produtor está mais preocupado em produzir e vender seu produto. O que o obriga a pensar na propriedade da terra, é o modelo agrícola que vincula o crédito rural e outros mecanismos de política agrícola à propriedade, porque não aceita a produção como garantia, mas apenas o ativo imobiliário. ~~como tal~~

E preciso que a sociedade saiba que 45% da área rural do Distrito Federal não foi ~~desapropriada~~ ^{domo} desapropriada, área esta que se encontra em mãos de particulares. Alguns ainda usam este espaço para fins de produção agrícola; outros, porém, querem incorporá-la ^{tf/} ao espaço urbano, através de loteamentos, na maioria ilegais.

Apesar de legislação, também recente, o GDF não foi capaz ^{S. 1-2-1} ou não quis aplicar adequadamente a legislação, e os condomínios rurais (nomes utilizados para tais loteamentos) proliferaram numa progressão geométrica, a ponto de comprometer áreas de preservação ambiental, nascentes importantes para o abastecimento de água, além do crescimento desordenado da área urbana, exigindo investimentos não programados pelo poder público, mas conseguidos através de influência política nas empresas concessionárias do DF (CEB, CAESB, TELEBRASÍLIA, etc.).

^{de} Para termos uma visão atualizada da distribuição de terras e seus usos no Distrito Federal, encaminhamos ao Diretor ^E Executivo da Fundação Zoobotânica (órgão responsável pelo controle e fiscalização da área rural do ~~DF~~ ^{Distrito Federal} pedido neste sentido). Fomos informados, pessoalmente

28 JAN 1991

OK-175/2

mente, pelo Diretor, que daqui aproximadamente ¹² meses os dados poderão ser obtidos. Ora, é um absurdo que a Fundação Zoobotânica, tendo a idade de Brasília, sendo criada exclusivamente para atuar no meio rural, não tenha um cadastro atualizado.

Os erros e desmandos administrativos na Fundação Zoobotânica são de responsabilidade única e ~~exclusivamente~~ dos governos passados.

Gostaria de apontar alguns dos principais problemas da Fundação Zoobotânica:

- 1 - Escasso numero de **fiscais** (5) para acompanhar quatro mil unidades.
- 2 - Fiscalização deficiente da execução dos planos de utilização da terra.
- 3 - Ausência de mecanismos, amplamente divulgados, para a seleção de **arrendatários**, de forma a impedir ~~critérios~~ **critérios particulares**.
- 4 - Transferência de lotes, através de cessão de direitos, excessivamente facilitada, trazendo a especulação imobiliária para as áreas arrendadas e favorecendo a concentração da terra em **benefício** de pessoas de maior poder aquisitivo.

Para espanto mau, li* no último **sábado**, aquela notinha sobre **és grandes benefícios** que a Fundação OK projeta para a população do Distrito Federal, **dizendo** que, só em termos de **produção**, de soja e de milho no Distrito Federal, hoje **eles** detêm uma área em torno de 11 mil hectares.!!

28 JAN 1991

Ch. 18

Taq. Helô

Orador: Wasny de Roure (continua)

Horário: 15h50m

Data: 28.01.91

6/1

Finalmente, gostaríamos de ressaltar três pontos com relação à titulação da terra no Distrito Federal. Em ^{primeiro} lugar gostaria de me reportar às sociedades mais desenvolvidas do mundo, tomadas como parâmetro para as sociedades do Terceiro Mundo.

Nas sociedades mais desenvolvidas, ^{como} Japão, há recuperação das terras através de drenagem e aterro, ^{e elas} são concedidas para uso, em vez de título definitivo. O que interessa ao ^{Estado} é o uso que se faz do solo para ^{uso} social.

^{Distrito Federal} No RJ, aproximadamente 225.000 ha de terras em nome de particulares (terras férteis, aproveitáveis, que não são utilizadas para o seu devido fim! ^{70.000 ha})

A titulação não implica em uso adequado da terra. No projeto Alexandre de Gusmão, onde as terras foram tituladas pelo INCRA, ^{existem} condomínios residenciais. A terra não cumpriu seu verdadeiro objetivo de tornar-se um eficiente fator de produção.

Finalizando, queremos alertar a Sociedade forasiliense para o perigo do desabastecimento de hortigranjeiros pelos preços mais acessíveis, caso a propaganda da titulação das terras rurais prevaleça sobre o modelo de concessão de uso que dá ao Estado meios legais de forçar o uso produtivo e social da terra, ^{PARA FfJUE RAJA}

JUSTIÇA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a

palavra do nobre Deputado ^{Aroldo} ~~ANA LOM~~ Satake.

28 JAN 1991

CL-19

6/2

AROLDO

O SR. ~~AROLDO~~ SATAKE (PDS. *Sem revisão do orador.* ~~Pronuncia o seguinte dis-~~

curso →

Sr. ~~SENHOR~~ PRESIDENTE,

Srs. ~~SENHORAS~~ E Srs. ~~SENHORES~~ DEPUTADOS,

~~SENHORES DA IMPRENSA E PÚBLICO EM GERAL~~

NEJO DESTA TRIBUNA, HOJE, PARA ELOGIAR UMA PRÁTICA MUITO SA-
LUTAR QUE VEM TOMANDO CORPO ENTRE NOS, OS DEPUTADOS DIS-
TRITAIS/ QUE É O SENTIDO DE EQUIPE. QUANDO O RESULTADO FI-
NAL DE UM TRABALHO BENEFICIA OU FAZ JUSTIÇA AO POVO, NÃO
IMPORTA A AUTORIA, O APOIO; IMPORTA, SIM, QUE O OBJETIVO
TENHA SIDO ALCANÇADO.

FAÇO ESTAS OBSERVAÇÕES PARA JUSTIFICAR A SATISFAÇÃO COM
QUE VEJO O REQUERIMENTO Nº 26, DE 23/01/91, DO DEPUTADO
BENÍCIO TAVARES, QUE SOLICITA AO GOVERNO DO DISTRITO PEDE-
RAL INFORMAÇÕES SOBRE O ESTAGIO ATUAL DAS OBRAS DE RECUPE-
RAÇÃO DO LAGO PARANOÁ, UM ASSUNTO IMPORTANTE E QUE LEVAN-
TAMOS ~~■~~ NESTA TRIBUNA NO DIA ~~■~~ PASSADO, NO ESPAÇO
DO PEQUENO EXPEDIENTE, E QUE, POSTERIORMENTE, FOI OBJETO DE
PRONUNCIAMENTOS DE VÁRIOS OUTROS DEPUTADOS.

REQUERIMENTO TEM NOSSO APOIO, POIS ACREDITO SER ESTE UM
PASSO IMPORTANTE PARA A SOLUÇÃO DE TÃO GRAVE PROBLEMA.

~~AROLDO SATAKE~~

Deputado AROLD SATAKE

Tribuna da Câmara em 28/01/91

28 JAN 1991

sr. / PRESIDENTE,
Srs. E Srs. DEPUTADOS,

Cl. 20

6/3

NA SEMANA PASSADA, A CONVITE DA COMISSAO DE ASSUNTOS ECONOMICOS, RECEBEMOS A VISITA DO SECRETARIO DE AGRICULTURA, DR. RENATO SIMPLICIO LOPES, QUE TROUXE UM QUADRO ATUALIZADO DA AGRICULTURA HOJE NO ~~DE~~ ^{Distrito Federal}, BEM COMO O PROJETO DO GOVERNO PARA OS PRÓXIMOS ANOS, O QUE FOI BASTANTE ESCLARECEDOR PARA OS INTERESSADOS NO ASSUNTO.

EM VISTA DO RESULTADO POSITIVO DESTA INICIATIVA DA COMISSAO, RESOLVEMOS PROSEGUIR COM ESTA PRATICA E CONVIDAMOS PARA A PRÓXIMA QUINTA-FEIRA, DIA 31, O SENHOR SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DR. NEWTON DE CASTRO, QUE GENTILMENTE ACEITOU O CONVITE.

ASSIM, CONVIDAMOS OS SENHORES DEPUTADOS PARA ESTA REUNIÃO, QUE SE REALIZARA NO AUDITÓRIO, AS 10h30^{min} ~~em~~, E SOLICITAMOS À MESA A GENTILEZA DAS PROVIDENCIAS DE PRAXE.

MUITO OBRIGADO,

Deputado AROLDO SATAKE
Tribuna da Câmara em 28/01/91

X X X

28 JAN 1991

Clarice

28.1.91

15,55

CL-21
7.1

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nome Deputado Fernando Naves.

O SR, FERNANDO NAVES (PDC - Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é a preocupação com moradia. Até agora o Governo tem-se preocupado muito com a distribuição de lotes e com os assentamentos.

Gostaríamos de pedir que S.Exa. o Governador ^{tf} entrasse em entendimento com os inquilinos também.

Diversas pessoas têm-me procurado dizendo que estão preferindo partir para as invasões, porque assim têm certeza de que vão receber seu lote, ao invés de pagar aluguel, porque sabem que dificilmente o receberão.

Sr. Presidente, é necessário que o Governador Joaquim Roriz tome uma providência no que se refere aos inquilinos, porque os que gastam até o que não têm para não invadir uma área, para não contrariar normas governamentais, estão sendo esquecidos, enquanto os que procuram as invasões são atendidos. Não sabemos quais os critérios que estão sendo adotados para resolver tais problemas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

* * *

28 JAN 1991

Cl-UL 7.2

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Passamos às Co-
~~municacões de Lideranças~~ **COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS**

Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR, PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que todos nós, Deputados, temos uma preocupação especial em preservar não só as instituições - a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no caso - como seu bom nome, zelando também pela conduta de cada um dos Deputados e pelo que se registra nos Anais desta Casa.

Creio que, em se tratando de assuntos que dizem respeito à Justiça, seria muito oportuno que todos os erros cometidos fossem devidamente reparados, a fim de que não constasse nos Anais desta Casa afirmações errôneas sem que ^{haja} ~~seja dada~~ a oportunidade de se reparar eventuais citações, distorcidas ou falseadas.

Baseado nesse princípio, Sr. Presidente, gostaria, com a permissão ^{da} ~~desta~~ Mesa, de encaminhar ao nobre Deputado Pedro Celso, nosso colega ^P parlamentar, reportagem publicada na revista "Veja" da semana passada, cujo título é "Mentiras retratadas", tendo em vista que recentemente o nobre ^P parlamentar pediu que se transcrevesse nos Anais desta Casa reportagem do "The Sunday Times", que trazia sérias acusações ao Presidente da República do Brasil.

DOCUMENTO RECUPERADO

VEJA, 30 DE JANEIRO,

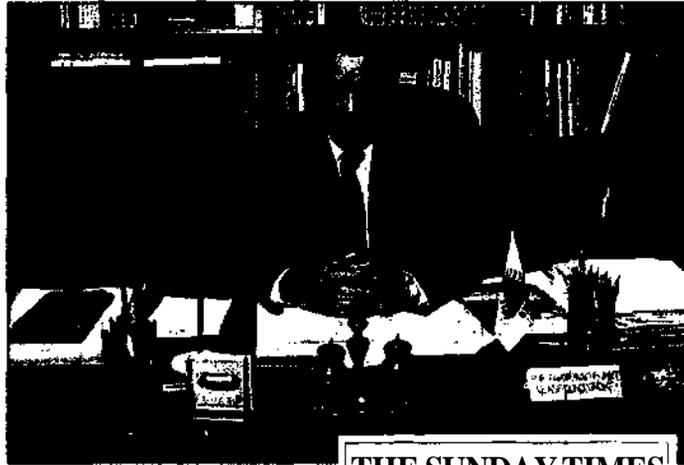
JUSTIÇA

Mentiras retratadas

Ação do governo obriga Sunday Times a se desculpar pela reportagem sobre Collor

Quinze dias depois de publicar uma reportagem em que fazia graves insinuações sobre o presidente Fernando Collor, chegando a dizer que ele estivera envolvido em atividades criminosas, o jornal inglês *The Sunday Times* voltou atrás. Na página 3 de sua edição de domingo dia 20, o jornal publicou, com um destaque raro, um pedido de desculpas ao presidente no qual admitia que tratara simples fofocas como se fossem fatos verdadeiros. "Reconhecemos que o artigo causou grande ofensa ao presidente Collor e agora admitimos que não há qualquer fundo de verdade nos boatos lançados por seus detratores e opositores políticos", admitiu o jornal. Além de **gastar** palavras, o *Sunday Times* pediu desculpas com dinheiro vivo. Gastou quase 40 000 dólares para pagar advogados, custos e uma reparação simbólica, no valor de 3 milhões de cruzeiros, que foi doada a uma instituição de caridade escolhida por Collor, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, em São Paulo.

Escrita pelo jornalista John Ryle, a



Paulo Tarso: negociação

reportagem provocou um confronto entre o governo brasileiro e o *Sunday Times*, de propriedade da mesma casa editorial que publica o venerando *The Times* londrino. Sem **dispor** de uma única prova para sustentar o que dizia, Ryle afirmou que o presidente freqüentava rodas em que se consumia cocaína e escapara por pouco de ser envolvido num crime sexual — o caso Ana Lúcia, menina de 7 anos estuprada e assassinada em Brasília em 1973.

"Oh, MEU DEUS" — Procurando evitar que o caso fosse parar nos tribunais ingleses, onde publicações que cometem erros desse tipo costumam ser condenadas a pagar multas milionárias, o *Sunday Times* tratou de negociar uma retratação no mais breve prazo possível. Procurado pelo advogado Anthony Kerman, contratado pela Embaixada do Brasil em Lon-

dres, o advogado Alistair Brett, encarregado de defender a publicação, pôs as mãos na cabeça assim que se enterrou do conteúdo da reportagem: "Oh, meu Deus, não fizemos isso", disse ele. O texto da retratação foi discutido pela direção do jornal, palavra por palavra, com o embaixador brasileiro Paulo Tarso Flecha de Lima. "Se a reportagem foi um exemplo de desonestidade, a retratação foi um exemplo de seriedade", afirma o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva. Toda pessoa que já foi vítima de um

erro dos meios de comunicação sabe que as retratações nunca têm o mesmo impacto que as manchetes publicadas pela primeira vez. Ainda assim, a correção serviu para **marcar** uma vitória do governo — obrigou o *Sunday Times* a admitir, perante seus 4,5 milhões de leitores, que havia caluniado o presidente do Brasil, prejudicando sua imagem. Além disso, a vitória foi obtida rapidamente, através do método civilizado da contratação de advogados.

VEJA, 30 DE JANEIRO

28 JAN 1991

OL-23 7.3

Encaminharei a matéria ao Deputado, com um pedido pessoal e do Bloco Solidariedade para que S.Exa. solicite sua publicação nos Anais, a fim de reparar erros que agora foram corrigidos.

Os Anais desta Casa devem guardar o direito de resposta, princípio de justiça.

*

*

*

28 JAN. 1991

OL-2h 7.4

O ~~SR. PRESIDENTE~~ (Salviano Guimarães) - O Deputado Pedro Celso tem 5 minutos para fazer uso da palavra.

O SR. ~~PEDRO CELSO~~ (PT - Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Peniel Pacheco seu oferecimento, mas tenho a revista "Veja" e conheço a matéria. Entretanto, mantenho o que pedi, isto é, que seja publicado nos Anais desta Casa a matéria veiculada pelo "The Sunday Times".

A História mostrará o quanto deve ter custado a retratação do "The Sunday Times", publicada na revista "Veja".

Os comentários publicados, Brasília ^{os} toda^{os} conhecia, muito antes da eleição.

Nós, que moramos nesta cidade há mais de 25 anos, conhecemos muito bem o atual Presidente da República. Portanto, peço que a Casa mantenha nos seus Anais tal publicação. No futuro, os historiadores vão poder debruçar-se sobre o assunto e saber se a matéria original era de fato a verdadeira ou se por trás dessa pseudo-retratação não está mais uma deslavada mentira.

Que se mantenha nos Anais da Casa tudo o que foi dito na revista sobre o atual Presidente da República. Como morador desta cidade há muitos anos, conhecemos muito bem o atual ocupante do Palácio do Planalto, o nosso jovem desportista, residente na Casa da Dinda.

Muito obrigado.

*

*

*

Orador: Peniel Pacheco

28 JAN 1991

Taq.: Lilian

Hora: 16h

28/01/91

CL-25
8/1

O SR. PENIEL PACHECO ~~(ST. Sem revisão do orador.)~~ -

Sr. Presidente, assim como o nobre Deputado Pedro Celso, também gostaria de fazer: uso da palavra para uma questão de ordem.

(Manifestação, no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra, para uma questão de ordem, ~~com o nobre Deputado Peniel Pacheco.~~

O SR. PENIEL PACHECO - Agradeço aos nobres colegas a intervenção, mas a Mesa tem ~~Presidência~~ para isso.

Pergunto ao nobre Deputado Pedro Celso, se ~~ele~~ ^{S. Exa.} atribuiu a si as afirmações publicadas nos Anais desta Casa, porque quando as mesmas foram publicadas o foram em nome do "Sunday Times". Feita a retratação, aquelas afirmações não podem ~~em~~ ^{tuais} ser de propriedade do referido órgão de imprensa. Gostaria de saber do nobre Deputado se S. Exa. assume como suas as palavras registradas nos Anais da Casa. Essa a questão que gostaria de levantar.

28 JAN 1991

Orador: Geraldo Magela

16h

28/01/91

CL-26

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o
nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT.Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, ~~pedi~~^{para} a palavra ~~por~~ uma questão de ordem, a fim de que
prossigamos nossos trabalhos, dando-se continuidade às comunica-
ções de lideranças. Devemos evitar posturas de provocações, porque
senão ficaremos todos desmoralizados. Faço questão de que a Presi-
dência da Mesa ~~retome~~^{diligencie a retomada da} a ordem dos trabalhos, para que possamos con-
tinuar a sessão, sem ficar nesse ~~ping pong~~^{pingue-pongue} que não nos levara a
nada.

28 JAN 1991

Oradora: Lúcia Carvalho

16h

28/01/91

Pi-2f 8/3

O SR. PRESIDENTE (~~Salviano~~ Guimarães) _ Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT.Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, ocupo ~~esses~~ cinco minutos destinados a pronunciamento de líderes para apresentar um projeto em nome da bancada do PT, que se refere à destinação de áreas públicas para realização de reuniões, atos, manifestações, passeatas.

Ê do conhecimento de todos, que, desde o dia 11 de outubro de 1989, há uma portaria baixada pelo então Secretario de Segurança, Dr. João Brochado, que interpreta a Constituição de forma equivocada, pois proíbe manifestações em uma série de locais que irei cita:f. Isso tem ~~causado~~ ^{motivado,} para o movimento popular e sindical, um sem-número de entraves quanto à realização de manifestações, causando confrontos explícitos com a polícia. [O último, entre a polícia Militar e a Civil, foi fruto da Portaria n9 11, que proíbe ~~passar~~ ^{qualquer manifestação} ~~em~~ ^{se} em frente ao Palácio do Buriti ou ali se realiza. Gostaria de aqui resumi-la para mostrar a todos o quanto essa portaria cerceia. Se formos levá-la ao pé da letra, não teremos espaço algum para realização das manifestações. Quero ter o prazer de apresentá-la aos

28 JAN 1991

CL-28^{8/4}

colegas e dizer quão injusta ela ^{vê} é.

Uma cidade democrática como Brasília, necessita de sua re-
vogação, o que se dará com a aprovação deste projeto de lei que vem
em nome da bancada do PT.

O Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos,
no seu art. 59, bem como o inciso XVI da nossa Constituição, dizem
o seguinte: " Art. 59- Todos são iguais perante a lei, sem distin-

ção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos es-
trangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida,
à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos
seguintes:

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em
locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde
que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo
local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente."

^{polícia,}
Pela mencionada Srs. fieputados, temos nada mais que a se-

guinte determinação: "Ficam proibidas as manifestações nos lugares
que constam no item III, isto é, no Eixo Monumental, na Praça do
Buriti, na Praça dos Três Poderes, etc."

Quero lembrar que toda sexta-feira populares vão à Praça
dos Três Poderes para enaltecer o Sr. Presidente.

TAQ. IARA

28 JAN 1991

CL-29

ORADORA: LÚCIA CARVALHO (CONT.)

HORÁRIO: 16h05

28.01.91

9.1

Se essa portaria fosse ^{cumprida} ~~levada~~ a ~~cabé~~ realmente, ^{la} ~~nessa~~ ma

^{lá se menciona:}
nifestação seria proibida, porque ~~há~~ manifestações, assembléias, reu
niões, atos p^ublicos, ou passeatas nesses locais. Então, todas as ~~sex~~

tas-feiras o Presidente transgride a determinação do Secretário de

Segurança Pública, quando, inclusive, desce a rampa ² cumprimenta o p^u

blico que ali está para homenageá-lo. ^{[Não é que} Isso ~~não~~ estamos querendo ques-

tionar. O que estamos questionando é que ^{1 se} ~~quando~~ um professor, ou

qualquer outro profissional, ocupa esse espaço para se manifestar, a

polícia vem expulsá-los, como aconteceu no ano passado, por determi-

nação ~~des~~sa portaria. Quando o público se manifesta para elogiar, es-

sa portaria não vale. Acho que deveríamos colocar as coisas ^{nos} ~~em~~ ~~seus~~

devidos lugares. Além disso, no Eixo Monumental e na Praça do Buriti

também é proibida qualquer manifestação, qualquer reunião, qualquer

ato público ou qualquer passeata. [Sabemos que inúmeras manifestações

em favor do Governador de Brasília foram realizadas naquele mesmo lu

gar. Mas ^{se} ~~quando~~ são manifestações para cobrar alguma reivindicação, a

28 JAN 1991

CL-30

9.2

polícia está presente para reprimir. Também são proibidas manifestações na Estação Rodoviária, na Estação Ferroviária, na praça Lúcio Costa, em frente ao CNB, na praça do Conic, no Setor de Indústria e de Abastecimento, no Setor de Inflamáveis, no setor de cargas, na Subestação 8 da CEB, nas vias de acessos interiores às quadras residenciais. [Em todas as quadras residenciais é proibido qualquer tipo de manifestação pela Portaria nº 11. Quantos atos fizemos nas quadras? Quantas reuniões de associações de moradores foram nelas realizadas pacificamente? Isso tem acontecido! Quantas campanhas eleitorais, pequenos comícios, foram realizados nessas ^{em} quadras, em passado recente, já com a existência dessa portaria? Também são proibidas manifestações em pontes, viadutos, vias públicas, ~~ou seja, não se pode caminhar, não se pode fazer manifestações nesse local.~~ O mesmo acontece nos terminais rodoviários. Entretanto, o Sindicato dos Rodoviários faz sua ^{nesses} campanha ~~nos~~ terminais ~~rodoviários~~, ^{ali} faz pequenas assembleias, ~~nesses locais~~ sem nunca ter havido nenhum confronto com a polícia. No entanto, é uma área proibida!

28 JAN 1991

CL-31

9.3

Pasmem, Senhores, nas áreas próximas aos estabelecimentos de saúde, escolas, estação de tratamento de água, combustível, esgoto, lixo, energia, telecomunicações, feiras livres e permanentes, delegacia de polícia, quartéis, forças armadas, polícia militar e corpo de bombeiros. Também não se podem fazer manifestações. Excelências, em todas essas áreas a portaria proíbe manifestação do público. No entanto, a Constituição é muito clara: desde que sem armas, todas as pessoas, todos os cidadãos brasileiros ou estrangeiros, que aqui habitam, têm o direito de se manifestar. E essas manifestações são sempre no sentido de solicitar a agilização de alguma reivindicação. Quando aconteceram confrontos? Todas as vezes em que a polícia tentou impedir que manifestações pacíficas acontecessem. Então, para que não haja mais confrontos, que podem ser danosos, inclusive provocar mortes, pedimos que esta Casa, a bem da democracia, aprove nosso projeto.

De antemão, solicitamos ao Secretário de Segurança que retire essa portaria, que revogue este ato institucional, que real-

28 JAN 1991

CL-32

91.4

mente cassa a liberdade.

Peço ^Vapoio de V. Exas., de todos aqueles comprometidos com o movimento social em qualquer nível, seja com os taxistas, com os moradores do Paranoá, do Varjão, seja aqueles que representara a Polícia Militar ou a Polícia Civil, enfim, os representantes de todas as áreas. ~~que~~ ^{que} quando desejarmos fazer uma manifestação, sejamos livres para fazê-la, com civilidade, ^{a transformando meu} para não ~~fazer dela um~~ confronto com a polícia ou com o próprio Governo. E temos este direito assegurado pela Constituição. Então, nada mais queremos do que a aprovação do nosso projeto de lei, que entrego ã Mesa agora.

Queremos **restituir** o direito que o cidadão conquistou no dia 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, faço a apresentação desse projeto e solicito a colaboração de todos no sentido de sua aprovação.

Para finalizar - acho que ainda tenho um minuto - ~~um~~ ^{um} gostaria de pedir ã Casa, ^à Presidência da Câmara, que, por favor, comuni-

28 JAN 1991

OL-33 91.5

que a todos, ^{os} parlamentares, à imprensa e à população que para cá se dirige, o que, na realidade, ficou nesta Casa, em matéria de equipamentos da Embrater.



28 JAN 1991

Oradora: Lúcia Carvalho

Taq. Andréa

Hor. 16.10

CL-34

10.1

Tenho sentido ^o acho que ~~os senhores~~ ^{V. Exas.} também ^V uma dificuldade imensa de me comunicar com a minha casa, com os eleitores, porque está simplesmente impossível conseguir linha ^{telefônica,} os ramais são insuficientes e os terminais telefônicos ineficientes. Sabemos que a Embrater era dotada, em cada uma de suas salas, de linhas próprias e tinha um sistema de ramais. Quero saber o que aconteceu com essas linhas de telefone, com esse patrimônio da Embrater, que nos foi prometido pelo Governador Wanderley Vallim. [Quero saber o que foi feito da nossa gráfica, que ele também se comprometeu, diante dos parlamentares, a conservar.] Quero saber do computador, que também deveria ter ficado aqui. É por esse motivo que não estamos conseguindo agilizar os nossos trabalhos. [É uma situação ridícula não termos nem borrachas nos gabinetes. Não temos sequer um corretivo para a única máquina que chegou. Precisamos ir à papelaria comprar. E ainda há gente dizendo que os ^Pparlamentares, ao invés de se preocuparem com isso agora no mês de janeiro, estão apresentando projetos. Esta é, no entanto, a função do ^Pparlamentar. A sociedade votou nele para que apresentasse projetos e os discutisse politicamente.

Então, cobro da Mesa ^V e sei que não houve má-fé nem negligência ^V ~~que tome~~ providências nesse sentido. Quero reafirmar que o Executivo desta ^CCapital não estava preparado para receber o

28 JAN 1991

EL-35^{10.2}

Poder Legislativo. Desde 1988 ^V e me reporto novamente à Constituição ^V já tínhamos a garantia de que haveria eleições para a Câmara Legislativa. Agora ela se encontra nessa situação, sem um mínimo em equipamentos, sem sequer uma linha telefônica que funcione.

E, para finalizar, gostaria de dizer que precisamos aprovar o mais rápido possível uma ^{modalidade} ~~forma~~ de pagamento para os funcionários que estão aqui conosco desde o dia 19, seja na forma de pagamento extra, seja na forma que for. Acho que se isso já foi resolvido, tem de ser colocado aqui, para tranquilizar o conjunto dos Parlamentares, porque o assunto não pode ser decidido num ambiente fechado. Entendi que não temos ainda uma solução para o pagamento dos nossos funcionários, sejam eles requisitados, sejam contratados. Envergonho-me de ter recebido salário, enquanto nossos funcionários não ^{tiveram} ~~receberam~~ o mesmo tratamento. Eu me sentiria muito feliz se todos tivessem recebido. Isto não é demagogia, ^V estou chateada hoje por saber que posso pagar minhas contas e nossos funcionários estão impedidos de fazê-lo, e sem perspectiva de quando receberão seus salários.

Era só o que tinha a dizer. Muito obrigado por ^{me} ~~me~~ terem ~~me~~ ouvido.

28 JAN 1991

02-36
10.3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra
o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem. revisão do orador.) —

Sr. Presidente, acho que o projeto da nobre Deputada é muito impor-
tante, mas não ^{se} pode, em hipótese alguma, admitir que um governante
nao tenha liberdade de trabalhar. Acho que se ^{deveria} ~~podem~~ ampliar as a-
reas para concentrações e ate mesmo para protestos. ^{Creio} ~~acho~~ que a por-
taria é até muito restritiva, mas não ^{é possível} ~~se pode~~ permitir que qualquer
um adentre ~~ao~~ Buriti, ~~ao~~ Planalto ou ~~a~~ qualquer outro órgão e impeça
uma autoridade de trabalhar. No incidente, que eu nem gosto de co-
mentar, entre as ~~policias~~, ficou patente que os órgãos públicos pre-
cisam ser preservados, porque pertencem à população.

De maneira que esse projeto de lei, embora traga algumas
inovações em relação à portaria ora em vigor, precisa ser examinado
com muito cuidado por esta Casa, para que os órgãos públicos e as
autoridades não fiquem vulneráveis a qualquer ataque.

Então, Sr. Presidente, a ~~preocupação~~ do PTR e do Governo
e dar ao projeto um tratamento que o coloque à altura dos interes-
ses da segurança de Brasília. Falou-se aqui em festa, e devo dizer
que para festa cedo minha casa, mas para guerra fecho as portas. É
bom que se tenha consciência disso, para não fazer democracia na casa
alheia, já que a nossa procuramos sempre preservar.

Era o que tinha a dizer no momento.

28. JAN 1991

CL-37
10.4

O SR. PRESIDENTE ~~(Salviano Guimarães)~~ (Salviano Guimarães) - Com a palavra
o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY ~~(PL. Sem revisão do orador.)~~ (PL. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ^{deixo} ~~e~~ apenas ~~para~~ agradecer ao Governador Joaquim Roriz a feliz indicação do Administrador Regional do Núcleo Bandeirante, Dr. Vivaldo Martins Alves Filho, um engenheiro muito capacitado, homem bastante íntegro e que já realizou vários trabalhos em prol daquela comunidade. Hoje ele volta a ocupar o cargo, para grande satisfação de todos nós.

Era só, Sr. Presidente.

28 JAN 1991

CL-38

11/1

Data. 28.01.91
Orador. Cláudio Monteiro
Hora. 16h15m
Taq. Mota

Passamos ao ~~GRANDE EXPEDIENTE~~

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães.) -

Oradores inscritos no Grande Expediente:

- Cláudio Monteiro
- Manoel ^{de} Andrade
- Pedro Celso

Concedo a palavra ao nobre Deputado
Cláudio Monteiro:

28 JAN 1991

0.39
Ci-39

O SR CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. ~~Advogado~~) 11/2
Sem revisão do orador.

~~Advogado Sr.~~

frase

Senhor Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados;

~~Advogado Sr.~~

No meu pronunciamento do dia 25 de janeiro, alertei sobre uma "guerra" ^{que} ~~la qual~~ denominei de "guerra silenciosa". volto hoje a mencionar tal fato, mas agora sobre as conseqüências e resultados dos sinistros números que naquela ocasião mencionei.

Quando disse que a impunidade reinava em Brasília e que os valores encontram-se invertidos, ^{é que} ~~onde~~ o cidadão honesto e cumpridor de seus deveres ~~é que~~ se tornar prisioneiro em sua própria casa e os marginais campeiam soltos pelas ruas e avenidas da Capital da República, não estava sendo leviano nem exagerado.

Srs. Deputados, pela cidade de Brasília e pelas suas satélites, vagueiam impunes 5.440 cidadãos, condenados pela Justiça, ou com ordem de prisão legal. Vejam bem, ~~são~~ 5.440 elementos ~~que~~ têm ordem de prisão judicial e estão soltos pela nossa Capital, ^{seja por outro motivo, a} ~~seja~~ por falta de recursos materiais, verdade é que o órgão principal para efetuar tais funções, a polícia Judiciária, também conhecida por Policia Civil, desde 1975 tem o mesmo quadro de 2.500 policiais. ^P por outro lado, as penitenciárias encontram-se lotadas, sem condições de receber tais delinquentes. As conseqüências da lotação do sistema penitenciário, ^{se} ~~refle~~tem diretamente sobre a população, que, acuada diante da violência imperante da ~~violência imperante~~ em Brasília, recorre às Delegacias Po-

28 JAN 1991

28 JAN 1991

CL40

11/3

liciais, que, por outro lado, foram transformadas em mini-presídios, verdadeiros depósitos humanos, fugindo de suas atribuições e debilitando a assistência ^{que} prestada ^m por ~~aqueles órgãos~~ ao cidadão.

As delegacias, ao terem os seus serviços desvirtuados, ficam entre, não poder atender corretamente a quem a elas recorre e prestar serviços carcerários, o que, por não terem instalações apropriadas nem pessoal preparado para dar o tratamento adequado ao detento, acabam por provocar as constantes fugas noticiadas diariamente pela imprensa, e, o que é pior, expondo a população vizinha dos distritos policiais a permanente perigo.

A super ⁽lotação dos presídios impossibilita a assistência ^a que têm direito os presos, dificulta o tratamento para ^{sua} ~~uma~~ recuperação ^e ~~uma~~ reintegração na sociedade, e coloca em risco constante os policiais que lá prestam serviços, com a sempre presente ameaça de uma Rebelião.

Srs. Deputados, analisando todos os fatos que hoje divulgo e os de sexta-feira última, chego à conclusão ^{de} que tudo não passa de um circulo vicioso. Os marginais de Brasília vivem na delinquência, na certeza da impunidade, ~~primeiro~~ por saber que não serão investigados, em razão do pequeno contingente de policiais nas delegacias; e, se forem, não serão presos, por falta de espaço nas cadeias. Já o cidadão honesto, como ^{fica} já mencionei, na dúvida entre sair e ser vítima, ou, ao retornar, encontrar seu lar devastado, violado, ~~com o~~ seu patrimônio delapidado, e tendo uma única certeza ^{de} a de que seu algoz viverá impune.

28 JAN 1991

EL-41

11/4

O sistema penitenciário do Distrito Federal é um conjunto de órgãos ultrapassados e arcaicos em seu funcionamento e diretrizes. Não atinge os seus objetivos, não consegue nem mesmo almejar o mais básico em matéria de execução penal, que é a separação dos internos por natureza de delitos cometidos. Tornou-se, no convívio diário de sua população presidiária, uma verdadeira "faculdade do crime", onde o submundo penitenciário instalou um reinado da marginalidade. Os fortes se sobrepõem e escravizam, ~~o~~ ~~fracos~~, submetendo-os ~~as~~ serventias. Isto ocorre porque os internos nos presídios de Brasília ficam basicamente a vagar nos pátios, ~~das penitenciárias~~ no período do cumprimento da pena, sem uma ocupação, seja laboriosa, seja educacional, e, como diz a sabedoria popular, "mente vazia é oficina do diabo".

Sr. Deputados, o sistema penitenciário do Distrito Federal tem ~~que~~ ^{de} ser um modelo para o resto do País. ~~O~~ ^o detento que lá se internar, deverá sair com uma profissão e ~~em~~ ^{ver} condições de prover o seu sustento e ~~de~~ ^{ao} sua família enquanto preso. Deveríamos ter em Brasília um núcleo penitenciário agrícola e industrial, nos ~~quais~~ ^{fil} os detentos seriam realmente reeducados ^{re} (preparados para o regresso no convívio sadio e harmonioso no seio da sociedade. • Levando em ~~consideração~~

28 JAN 1991

CL-42

TAQ. SUELI

ORADOR: CLÁUDIO MONTEIRO (CONT.)

HORÁRIO: 16h20

28.01.91

12.1

Levando-se em consideração a fragilidade do sistema penitenciário do Distrito Federal e a precariedade em que vive a Secretaria de Segurança Pública, que pouco ou quase nada consegue fazer em termos de baixar o nível de criminalidade do Distrito Federal, -optamos por apresentar um projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de Justiça, mediante a estrutura que especifica, e dá outras providências l

28 JAN. 1991

12.2

CL-43

Art. 1º - Fica o Governo do Distrito Federal, autorizado a criar, no âmbito de sua competência, a Secretaria de Justiça, que além das atribuições que lhe forem fixadas pelo seu Regimento Interno, caberá o seguinte:

I - Em nível de administração superior, dirigir e coordenar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal;

II - Manter constante intercâmbio com os Órgãos da Execução Penal;

III - Proporcionar os meios necessários objetivando da/efetivo cumprimento às disposições de sentenças ou decisão criminal, visando ainda oferecer condições para a harmônica integração social do condenado ou internado;

IV - Assegurar ao condenado ou internado, todos os direitos não atingidos pela sentença ou por lei;

V - Recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança;

VI - Assegurar ao reeducando assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde;

VII - Administrar os estabelecimentos prisionais.

Art. 2º - São órgãos internos da estrutura da Secretaria de Justiça:

I - O Gabinete do Secretário;

II - Secretário-Adjunto;

cl.

28 JAN 1991

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

12.3

CL-66

III - Assessoria Jurídica, Econômica e de Assuntos Sociais;

IV - Departamento de Assistência ao Reeducando, com as seguintes Divisões:

a) Divisão de Assistência Material;

b) Divisão de Assistência Jurídica e Psicológica;

V - Departamento de Administração Patrimonial e de Recursos Humanos, com as seguintes Divisões:

a) Divisão de Administração Patrimonial;

b) Divisão de Recursos Humanos.

VI - Núcleo de Custódia de Brasília - NCB;

VII - Centro de Internamento e Reeducação - CIR;

S 1º - O Núcleo de Custódia de Brasília é o Presídio do Distrito Federal e passará a integrar a estrutura da Secretaria de Justiça, destinando-se a receber presos provisórios do sexo masculino e feminino.

a) excepcionalmente, enquanto não for instalada a penitenciária feminina, as mulheres cumprirão pena no NCB.

b) Haverá alas separadas e tratamento compatível para as internas, não se permitindo contato promíscuo entre elas e servidores.

c) O regime do NCB é o de segurança máxima e sua guarda externa será feita pela Polícia Militar, com contingentes especialmente treinados para o serviço, sendo-lhes vedado o trânsito e a permanência interna do estabelecimento, exceto quando necessário, em reforço à guarda interna, quando poderá ser solicitado diretamente ao Secretário de Segurança a colaboração da força pública.

d) Por motivo de excesso de lotação no CIR os presos condenados ficarão recolhidos no NCB, onde deverão ser recolhidos separadamente dos demais, recebendo tratamento compatível com sua situação de emergência.

e) Haverá alas especiais para jovens-adultos, policiais civis e militares, presos com prisão civil e para as pessoas com direito à prisão especial (art. 295 CPP);

f) Aos presos provisórios aplicar-se-á tratamento prisional sem rigor penitenciário, com direito ao

af.

28 JAN 1991

12.4

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

CL-45

trabalho, ao lazer, à educação e instrução curricular e profissionalizante, além de outros estabelecidos no Regimento Interno do Estabelecimento Prisional e na Constituição Federal.

g) Será assegurado aos presos provisórios eficiente comunicação com os seus advogados, de maneira que seja garantido o sigilo nas entrevistas.

h) O transporte de presos provisórios para atender aos chamados do Judiciário será de responsabilidade da Direção do Estabelecimento, sendo solidário em caso de omissão, o Secretário de Justiça, aos quais cabe velar pela segurança e rapidez do estabelecimento.

§ 2º - O Centro de Internamento e Reeducação - CIR é a Penitenciária do Distrito Federal e tem como finalidade receber presos condenados do sexo masculino.

a) No que couber, aplica-se ao CIR, o disposto nas alíneas "c" e "f" do parágrafo anterior.

Art. 3º - O tratamento penitenciário terá como objetivos a emenda do preso e a preparação de sua volta à sociedade.

Art. 4º - Entre outros, são os seguintes os instrumentos de tratamento penitenciário:

- I - Assistência;
- II - Educação;
- III - Trabalho;
- IV - Disciplina;

§ 1º - A assistência visa ao atendimento das necessidades morais, espirituais e materiais do reeducando, e será prestada nas modalidades social, religiosa, jurídica, médica, odontológica e iniciação ao trabalho através de estágios supervisionados e programas educativos.

§ 2º - O trabalho de qualquer natureza é obrigatório e remunerado, podendo ser realizado fora ou dentro do estabelecimento.

Art. 5º - A assistência educacional tem por objetivo auxiliar o preso no seu retorno ao convívio social, sendo ministrada por profissionais devidamente habilitados, auxiliados por monitores.

§ 1º E obrigatória a alfabetização;

§ 2º - Os objetivos desta assistência serão verificados com atividades e mudanças de comportamentos.

af.

28 JAN 1991

~~CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL~~

12.5

CL-46

§ 39 - Não haverá limitações às formas de educação e instrução, desde que compatível para o sistema, devendo dar-se ênfase especial aquelas mais solicitadas pelo mercado de trabalho local, sendo de responsabilidade do administrador a realização de convênios para este fim.

§ 49 - Serão permitidos o engajamento de entidades públicas e privadas, bem como de grupos comunitários, como forma de assistência educacional.

Art. 69 - O Governo do Distrito Federal fica autorizado a abrir crédito suplementar para cobrir as despesas iniciais com a implantação da Secretaria, devendo, dentro de 90 (noventa) dias, enviar a esta Casa Projeto que disponha sobre a contratação do pessoal que servira junto a Secretaria e outras providências que julgar necessárias.

Art. 79 - Os Agentes Penitenciários lotados no CIR e NCB permanecerão no exercício de suas atribuições junto aqueles estabelecimentos prisionais, até que a Secretaria de Justiça complete o seu Quadro de Pessoal, ocasião em que serão redistribuídos nos órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 89 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Q.

28 JAN 1991

12.6

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-47

J U S T I F I C A Ç Ã O

Cientificamente está provado que o agente encarregado de efetuar a prisão não é eficaz para reeducar o infrator da norma penal, habilitando-o para o retorno ao convívio em sociedade.

Este trabalho de reeducação dos presos, segundo recomendação da própria Organização das Nações Unidas, deverá ficar a cargo de um órgão específico, com pessoal especializado.

No âmbito do Distrito Federal, o Sistema Penitenciário precisa se adaptar a esta filosofia, pois, do contrário, nunca resolveremos o problema carcerário, o qual tem por função precípua, a reeducação do homem infrator.

A aprovação do presente Projeto, representa um grande passo para que o mais breve possível, o Distrito Federal seja dotado de um Sistema Penitenciário capaz de atender aos anseios da comunidade carcerária, bem como da própria sociedade de que um dia terá de receber aqueles por ela desagregados.


Deputado Claudio Monteiro "

28 JAN 1991

CL-48 12.7

Senhores, em **síntese**, o que procuramos é que, pelo me-
nos no Distrito **Federal**, a Lei de Execuções Penais - LEP, seja cumpri-
da e que a pena tenha sua **função** preclpua atingida.

A pena **tem** como **finalidade** punir - é o **mal** justo por
um mal injusto - **reeducação** e ressocializar o indivíduo que transgre-
diu a norma social.

Infelizmente, a pena, no Distrito **Federal**, e na maioria
dos Estados da Federação, **não** cumpre nenhuma **dessas** três finalidades,
e a sociedade tem de retorno, após o **cumprimento** de uma pena mal **apli**
cada, um **indivíduo** não preparado para estar no seio dessa mesma so-
ciedade.

28 JAN 1991

Beth/ Cont. CLÁUDIO MONTEIRO

28.01.91

CL-49
16h25/11/1

Uma lamentável distorção existe no sistema penitenc*ia*rio: o homem que prende e o responsável pela reeducação do preso. Isso é inconcebível. Quem prende jamais poderá reeducar. [Queremos, com essa autorização do Governo do Distrito Federal para criação da Secretaria da Justiça, banir do interior dos presídios qualquer policial. Desejamos que os presídios tenham em seus quadros médicos, psicólogos, monitores, que dêem acompanhamento digno ao preso e possam exercer atividade num sistema penitenciário moderno, via agricultura ou colônia industrial. O atual sistema, que confina o preso entre quatro paredes, sem ocupação e inutilmente usando o tempo do cumprimento da pena, só tem levado à reincidência.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fernando Naves.

[O SR. FERNANDO NAVES - Nobre Deputado Cláudio Monteiro, a proposta de V.Exa. vem ao encontro de uma das mais necessárias medidas a serem tomadas pelo Governo, até porque hoje observamos que no CIR - Centro de Integração e Reeducação, não se reeduca. Aquela instituição parece uma

28 JAN 1991

OL-50
43/2

faculdade da marginalidade, como V.Exa. acabou de dizer. Os filhos dos que ali estão presos preferem partir para a marginalidade, porque sabem **que** os pais estão **recebendo** tudo de graça, inclusive o que comer e o que vestir. Existe até Comissão de Direitos Humanos que se **preocupa** com os presos. Jamais ela procurou saber **como estão** os filhos daquele de quem foi tirada a vida. Esses órfãos vêm aqueles assassinos, presos, recebendo o que comer, tendo onde dormir, o que vestir. E eles, os filhos, não têm **quem lhes** dê assistência, estão jogados a sorte, sem **mora** dia, sem o que comer, sem onde dormir. Por isso preferem partir para a **marginalidade**. Precisamos fazer com que o Governo e o Estado gastem o menos possível, desenvolvendo atividades para o preso. Assim, o **Gover**no **terá** condições de dar melhor assistência as vítimas dos que estão **pre**sos, mormente ^{*crianças*} as **crianças** que não têm quem as sustente e, por isso, preferem partir para a marginalidade. Peço a todos os colegas que apoiem esse projeto, que atenderá às **necessidades**. Dessa forma diminuiremos as despesas que o Estado hoje tem com os **presidiários**, sem **reeducá-los**. **Con**

28 JAN 1991

CL-51^{13/51}

seqüentemente, eles não serão re^uintegrados à sociedade, porque não tive_uram oportunidade nem condições para desempennhar uma atividade após cumprirem a pena. Era isto.

[O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Muito obrigado, Deputado.

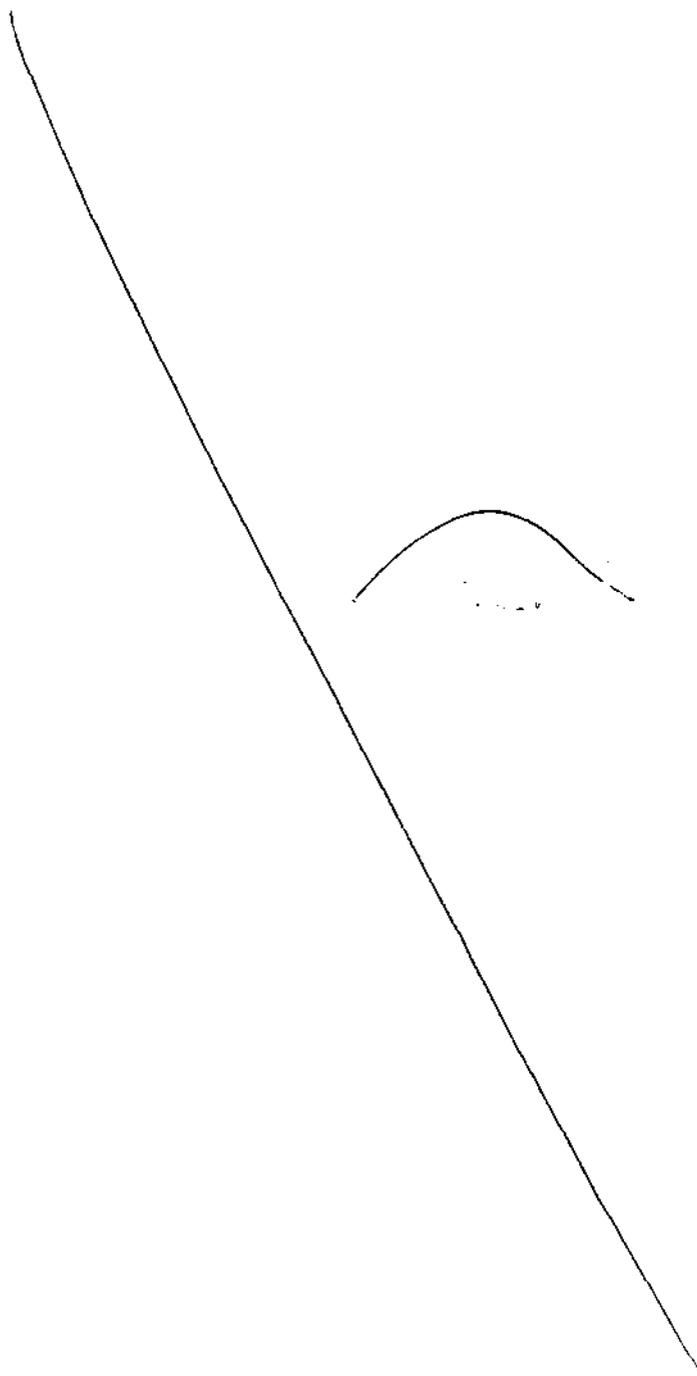
Concedo aparte ao Deputado Wasny de Roure.

[O SR. WASNY DE ROURE - A abordagem de V.Exa. sobre a questão da segurança pública é por demais relevante. Creio que é dispensável maior análise dessa matéria. Entretanto, algumas questões nos preocupam, porque o problema: policial no Distrito Federal, como nas demais unidades da Federação, passa por um amplo escopo de análise e aprofundamento da problemática social que o País vive. Podemos associar perfeitamente o aumento do desemprego com o aumento da criminalidade. Entendemos que a proposta não deve ter caráter paliativo, mas caráter estrutural, sobretudo na perspectiva de reeducar as pessoas, reintegrá-las, o que, por si sõ, é uma missão ádua, extremamente difícil. Creio que os policiais deste País, tanto da Polícia Civil, como da Polícia Militar, têm uma grande mis-

28 JAN 1991

CL-52^{13/4}

são, que é a de resgatar a imagem de um servidor público que está muito mais a serviço da comunidade, da sociedade, do que efetivamente dos que exercem o poder.



28 JAN 1991

CL-13

Realmente, temos essa preocupação, e, ante o recente evento Ho Distrito Federal, nos preocupa, e muito, o modo como esta matéria poderá vir a ser tratada nesta Casa. Entendemos que o projeto de U. Exa. tem a missão de resgatar essa discussão. Aproveito para dizer, aqui,

da concepção que temos de projeto. Creio que a concepção ~~do projeto~~

que esta Casa deve ter, Sr. Presidente, é muito mais no sentido de

resgatar as discussões políticas, ~~resgatar~~ ^{para anulá-lo} anos de autoritarismo

que temos vivido neste País, ~~no sentido de pontuar junto à sociedade~~ ^{a fim de que a}

de brasileira ~~a sua~~ ^{positiva com} participação na vida política. Então, entendemos

que o projeto, por si só, é um agente motivador ~~em~~ discussão política

com a toda ~~CL~~ ^{alço analisado} sociedade, ~~o~~ não simplesmente ~~alg~~ ^{analisado}

~~entre os~~ vinte e quatro Deputados emendados a alguma coisa no laboratório

parlamentar. Entendemos que ~~o~~ ^{os} projeto" devem passar por

uma ampla e profunda discussão no seio da comunidade. Então, congratulo

o Deputado, ^{me com} ~~o~~ ^{a discussão desta} julgo que ~~essa~~ matéria deverá ser aprofundada

~~discutida~~ ^{por ela} com os segmentos da sociedade que ^{tem} grande interesse. ~~em~~

~~discuti-la~~, Muito Obrigado.

O SR. CLÁUDIO ~~MONTENEGRO~~ - tem o aparte o nobre Deputado José Arnellas.

O SR. JOSÉ ~~ARNELLAS~~ (PL. Sem revisão ~~do~~ orador.) - Sr. Deputado,

em primeira lugar quero cumprimentá-lo pela apresentação

do projeto. ^{em} ~~Segundo,~~ ^{lugares: no 1º} queria dizer ~~que realmente e que aconteceu no~~

Distrito Federal, ~~é que~~ ^{que} ~~repentinamente,~~ se deu ~~uma~~ grande importância

ao policiamento ostensivo, o que é positivo, mas esqueceram-se

28 JAN 199

14.7
Cl. J. H.
Em

da retaguarda. Desde 1982 nada SP constrói na Polícia Civil. Seu con-
tingente ~~foi~~ o último n ser admitido ^{o foi} em 1982. Então, a Polícia des-
gastou-se. Houve aposentadorias de pessoas que não foram substituí-
das. A ~~polícia~~ Polícia não tem viatura, nem gasolina. Então, ^{de nada} não adian-
ta, ~~mas~~ ^{o policiamento extensivo} pois ~~a polícia extensiva~~ prende as pessoas e não há
ninguém para processá-las. Isto, realmente, é grave.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - E hoje é* pior, porque ^{nem} não há ~~nenh~~
onde colocar aquelas pessoas processadas e condenadas.

O SR. JOSE ~~ORNELLAS~~ ^{Por outro lado,} - Outra coisa é que a administração é
dinâmica, não pode parar no tempo, e não é* possível fazer tudo ao mes-
mo tempo. Então, B preciso que se faça um planejamento. V. Exa. sabe
perfeitamente que o último aumento de capacidade nas penitenciárias
é de 1983. ^{pararam-se,} São ~~realmente~~ sete **anos** sem nada se fazer pela peniten-
ciaria ou pela ~~polícia~~ Polícia (civil. Congratulo-me ^{com CExa} e associo-me às suas
preocupações. Muito obrigado.

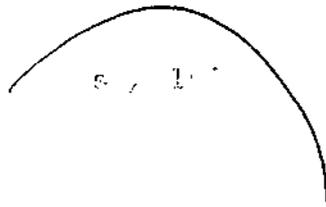
O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Quero o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ ~~(PSC. SEM REVISÃO DE ORADOR.)~~ - Quero ~~tam~~
também parabenizar ao nobre Deputado Cláudio Monteiro, á Fico satis-
feito por ver que U. Exa. se preocupa com a classe policial e também
com a segurança do cidadão dn Distrito Federal. V. Exa. poderia es-
clarecer: parece-me que isso não compete ao Governo do Distrito Fe-
deral, ^{país} ~~mas~~ a verba da ^{do Tadeu} Secretaria de Segurança Pública R ~~perhinderung~~
^{pele} ~~no~~ Ministério da Justiça. Gostaria que V. Exa. ^{parita-se} ~~fizesse~~ esta esclare-

28 JAN 1991

EL-56^{14.4}

verbas oriundas do sistema penitenciário são destinadas especificamente à execução da pena.



28 JAN 1991

CL-57

Orador: Cláudio Monteiro

Taq : Ivi

Hora: 16h35min

Data: 28.01.91

15/1

Devemos adequar esse sistema à realidade atual. Não podemos concentrar num único órgão a atribuição de reprimir a criminalidade e, posteriormente, de reeducar e ressocializar o preso.

Queremos fazer um divisor de águas, para que a Secretaria de Segurança Pública tenha atividade de polícia administrativa, de polícia de prevenção e repressão, acoplando-se ainda o sistema do Detran e do Corpo de Bombeiros. Desejamos que o sistema penitenciário ~~previdenciário~~ fique ^{em} ~~um~~ separado. Por quê? Porque o que vemos hoje é inconcebível em termos de sistema penitenciário, e Brasília teria de dar o exemplo para o restante do País.

Em São Paulo, há as penitenciárias agrícolas, as colônias agrícolas e as colônias industriais.

No Distrito Federal, apesar de sermos a Capital da República, ainda vivemos um modelo arcaico, com o homem enclausurado entre quatro paredes, sem uma atividade a exercer, que seja laboriosa.

Sr. Presidente, como sei que meu tempo já se exauriu, encerro meu pronunciamento.

Muito obrigado.

* * *

28 JAN 1991

PL-58

15/2

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Salviano Guimarães): - Com a palavra o Deputado Manoel Andrade.

O SR. ^{DE}~~MANOEL ANDRADE~~ (PTR. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa passagem por aqui tem por finalidade apresentar um projeto de lei, cujo texto passo a ler:

28 JAN 1991
 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 033/91

Institui Pensão Especial para as viúvas de motoristas de TAXI, assassinados em serviço e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - É instituída a Pensão Especial a ser paga pelo Governo do Distrito Federal, para as viúvas dos motoristas de Táxi assassinados em serviço.

Art. 2º - A Pensão de que trata o artigo anterior, será concedida no valor equivalente a 05 (cinco) UPDF, e será concedida em complementação aos benefícios previdenciários.

Art. 3º - São beneficiários da Pensão Especial instituída por esta Lei:

I - a viúva ou a companheira, nos termos da legislação civil, do motorista de Táxi assassinado em serviço;

II - os ascendentes e dependentes, assim entendidos nos termos da legislação civil.

Art. 4º - o Poder Executivo regulamentará no prazo de 90 (noventa) dias, a concessão da Pensão Especial de que trata esta Lei.

Art. 5º - Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar, consignado à Secretaria de Transportes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991

MANOEL ANDRADE
 Deputado Distrital

28 JAN 1991

15/4

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-60

JUSTIFICATIVA

É sabido que os serviços de TAXI são operados por meio de "PERMISSÃO DO ESTADO", dado a importância para a comunidade do mesmo e o relevante interesse público, que impõe este controle e supervisão, exercidos de várias formas, inclusive com a fixação das respectivas tarifas e regulamento disciplinar.

Ora, a este mesmo Estado incumbe, também, dar proteção ao indivíduo e, quando esta proteção deixa a desejar, sobretudo num segmento que opera sob a supervisão deste mesmo Estado, é de se inferir a caracterização da chamada "CULPA IN VIGILANDO" que por si só justifica o ônus do Projeto de Lei ora apresentado.

O que não há necessidade de se colocar em relevo, por ser matéria de "lana-capina", é o alcance social e humanista da proposta, pois o que se constata na prática é que famílias inteiras ficam a mercê de sua própria sorte com o passamento, por falta de segurança no trabalho, daquele que era o responsável pelo sustento e educação da mesma.

Assim, nada mais justo do que se tentar minimizar essas agruras, com a instituição da Pensão Especial de que trata este Projeto de lei.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991


MANOEL ANDRADE
Deputado Distrital

segue Zilda

28 JAN 1991

CL-61

Orador: Manoel Andrade (continua)

Taq: Zilda

Hora: 16h40min

Data: 28.01.91

16/1

Srs. Deputados, ao longo ^{dos anos} ~~da História~~ têm-se verifi-
cado quase mensalmente assassinatos de motoristas de táxi. Por
diversas vezes, já ocupei esta tribuna ^{para} ~~a~~ fim do chamar a atenção
da sociedade para os efeitos maléficos que a escalada da violência
vem causando a dezenas de familiares de taxistas.

Hoje, apresentarei um relatório, em que elencamos
trinta e seis motoristas de táxi - só me refiro aos sindicali-
zados - assassinados nos últimos dez anos. Há que se conside-
rar que essas famílias ficaram no abandono, muitas delas sobrevi-
vendo apenas com um salário mínimo de pensão. Isto é decorrente
das dificuldades por que passa a categoria. Até mesmo a Previdên-
cia Social impõe dificuldades para o pagamento de um fundo previ-
denciário.

Quando morre um motorista assassinado, a primeira
pergunta que se faz ^é ~~o~~ que vai ocorrer com aquela família desampa-
rada. O motorista não era empregado, mas prestava um serviço à
comunidade. Tinha a concessão do Estado e cumpria os regulamen-
tos disciplinares ^{por ele} impostos. Acredito que toda a comu-
nidade entende que, se o Estado não tem condições de oferecer a
segurança necessária, mesmo que não devolva a vida àquele chefe

28 JAN 1991

EL-62

16/2

de família, deve pelo menos tentar minimizar o sofrimento daquelas pessoas.

Há pouco, nesta tribuna, o nobre Deputado Cláudio Monteiro mostrou, com sabedoria e apresentando dados indiscutíveis, o número exagerado de delinqüentes soltos na cidade. Mas ~~vou~~ falou demonstrar o quanto o Estado gasta para manter esses presídios. Precisamos perguntar o que o Estado tem feito para socorrer as famílias enlutadas, que têm seus pais brutalmente assassinados.

É uma questão da mais profunda importância. O Estado gasta o equivalente ao sustento de sete famílias para manter um único detento, mas este mesmo Estado é vacilante quando deixa que famílias e famílias fiquem ao Deus dará, sem saber de onde retirar o seu sustento, a educação, a alimentação, o vestuário ^{para} ~~as~~ essas crianças ~~crianças~~ que tiveram seus pais assassinados. E os marginais são mantidos, muitas vezes, soltos e protegidos pela segurança pública.

É de ~~de~~ estranhar, Srs. Deputados, que o Brasil ainda não tenha acordado para tamanha iniquidade. Sabendo que o serviço de táxi é de utilidade pública, já que a concessão é do Estado, e o motorista trabalha sob o rigor de um disciplinamento, de um regulamento que lhe impõe sanções, tarifas e outros dispositivos, é de ~~de~~ estranhar que o Estado não dê ^{cobertura} ~~abertura~~.

28 JAN 1991

CL-6²_{ff}

Taq. Helô

Orador: Manoel Andrade (continua)

Horário: 16h45m

Data: 28.01.91

17/1

~~uma pequena lacuna~~ para proteger os motoristas, as famílias, os órfãos, de tantas lamúrias. Este projeto de lei é o primeiro na esfera estadual e municipal que visa ^{la} reparar essa injustiça. Eu não ficaria de nenhuma forma tranqüilo se não apresentasse, aqui, em Brasília, capital da Republica, uma proposta que visasse ^a restabelecer ^o um mínimo de dignidade que essas famílias merecem.

Ouçó o aparte do nobre Deputado Wasny de Roure.

@ SR. WASNY DE ROURE — ^{sr. Deputado, é} bastante louvável a sua preocupação com relação aos taxistas assassinados. Creio que é mais

um retrato do desespero, sobretudo, do crescimento na economia brasileira. Associo-me à sua preocupação, mormente ^{quanto} aos trabalhadores rurais que têm sido massacrados. Tem ^{havido} sido uma verdadeira chacina neste País ^{que} aqueles que, inclusive, na tentativa de sobreviver, ^{sobre} têm o ^{frido} ^{de V. Exa.} sofrido massacres, ^{eles,} ^{em} de seus filhos e esposas. ^{eu} Entendo que a ^{sua} preocupação ^{deveria} ser extensiva, a nível federal, justamente para dar a esse ^Governo uma dimensão maior da sua responsabilidade com relação à violência. Muito obrigando.

28 JAN 1991

28 JAN 1991

CL-65

17/3

A SRA. ROSE MARY MIRANDA ~~SA PRESIDENTA~~ // sobre Deputado,
com V. Exa. por sem um

quero me solidarizar ~~com~~ sua proposta, que realmente ~~é~~ de cunho social
muito grande. Já noticiamos, diversas vezes, assassinatos de motoris-
tas. Quisera eu não estar presenciando, aqui, a apresentação desse seu projeto, porque,
se o Governo já tivesse se preocupado em encontrar mecanismos suficien-
tes para não permitir que taxistas morressem assassinados, não haveria
necessidade de ~~esse~~ ~~projeto~~, como o de V. Exa. porém, infelizmente vivemos numa época
muito difícil, em que as categoria^s, principalmente, a de motoristas de táxis, não tem a
menor segurança.

28 JAN 1991

Clarice

28.1.91

16,10

01-66
18.1

E o nome das famílias enlutadas só é divulgado no início. Depois não dão mais notícias nos jornais. Elas ficam num verdadeiro sofrimento, jogadas, sem moradia, sem alimentos, sem sequer uma esperança. Portanto, nobre Deputado, pode contar com meu apoio para ^aaprovação desse projeto.

O SR. MANOEL ANDRADE - Queço o nobre Deputado Jorge Cauby.

O SR. JORGE CAUBY - Sr. Deputado, além de participar de V. Exa., está interessado

seu projeto, muito nobre, aliás, quero parabenizá-lo por sua iniciativa. É muito chocante e doloroso vermos um taxista ser morto e deixar família — família grande, como V.Exa. citou: esposa grávida e quatro filhos. Isso nos deixa bastante tristes e sempre que acontece lamentamos muito. Esperamos que seu projeto seja imediatamente aprovado, para que essas famílias tenham todo o respaldo do Governo, conforme V.Exa. propõe. Conte comigo para o que desejar.

O SR. MANOEL ANDRADE - está interessado em Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Nobre Deputado Manoel Andrade, tam

bém fazemos coro às vozes que nos antecederam, principalmente porque entendemos que o papel preponderante do Estado é o preventivo, ou seja, o de evitar que o dano aconteça. Sabemos da precariedade da atuação do Estado na proteção flo cidadão, especialmente dos que trabalham, que procuram tirar seu sustento no labor do dia-a-dia. Muitas vezes, a falta de segurança leva a fatos profundamente chocantes, como os que têm sido registrados pelas

28 JAN 1991

PL-67 18.2

crônicas policiais dos jornais de Brasília, nos últimos meses e anos. Assim, se o Estado não é capaz de impedir que o mal aconteça, no mínimo deve ter a preocupação de proteger as vítimas, de proteger aqueles que, em função dos danos sofridos, continuam a ter uma vida penosa, mas laboriosa. **Somo-me** àqueles que trouxeram seu apoio a esse projeto. V.Exa. pode contar com o irrestrito apoio do Bloco Solidarietàade.

O SR. MANOEL ANDRADE - Cuiço o nome do Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS - Gostaria, como Parlamentar e em nome

de minha bancada, de levar a V.Exa. nosso total apoio a seu projeto, que prevê não o fato imediato - punir o culpado pelo assassinato cometido de maneira bárbara - mas, o que é mais louvável, proteger os que sofreram as **conseqüências** nefastas do crime, oriundas da falta daquele que levava o pão para sua família. Isso dará tranqüilidade à família e à grande sociedade de Brasília. Louvo imensamente sua iniciativa, altamente humana, e sou solidário com V.Exa. para aprovação desse projeto.

O SR. MANOEL ANDRADE - Srs. Deputados, sabemos que é difícil conter a violência. Precisamos de um mutirão contra a **violência**, mas, mesmo assim, e com todo o trabalho no sentido de minimizar suas **conseqüências**, não podemos, jamais, deixar de focalizar a questão dos motoristas de **táxis**.

LLP

28 JAN 1991

EL-68

orador: ~~Manoel~~ de Andrade (cont.)

Taq.: Lillian

Hora: 16h55

Data: 28/01/91

19/1

Como disse, e o disse bem, a nobre Deputada Rose Mary Miranda, seria muito bom aprovarmos esse projeto, mas melhor seria se não houvesse os assassinatos. É evidente que o Estado tem gasto muito dinheiro com a recuperação de marginais, mas não tem feito o mesmo com a manutenção dos órfãos, aqueles que ficam perdidos, ~~na~~ fc-istóriaaj.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fernando Naves .

~~O~~ SR. FERNANDO NAVES - Nobre colega, aproveitando o pronunciamento de V.Exa. , gostaria de convidar ô todos a comparecerem nos fundos da Escola Normal de Brasília, onde está sendo prestada assistência aos menores. Lá é um local crítico, e nem os seguranças estão seguros. Naquele local, o Estado mantém um núcleo de atendimento - que na verdade não é um atendimento, pois ali não se respeita ninguém. Muitas vezes, saem dali as pessoas que cometem crimes bárbaros.

~~O~~ SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nobre Deputado Manoel ^{Andrade}.
V. Exa. dispõe de apenas um minuto.

~~O~~ SR. MANOEL ~~de~~ ANDRADE - Concluindo, Sr. Presidente, pediria a atenção, mais uma vez, para o problema da falta de sinais de televisão na cidade do Gama.

Estou fazendo um levantamento em várias residências naquela satélite, e ^o cheguei à triste conclusão de que as famílias mais humil

28 JAN 1991

CL-69 19/2

des têm gasto até um salário para instalar uma antena de televisão,
para poderem ^{assistir} ~~assistir~~ ^{aos programas.}

É inaceitável que em uma cidade com mais de 200 ^{mil} ~~mil~~ habitantes
não se tenha o direito de assistir à televisão. Até parece que
estamos vivendo na selva amazônica ou num planeta mais atrasado que
o nosso.

É ridículo que uma cidade ¹ encravada no Distrito Federal ¹,
não tenha acesso à televisão.

Apelo a esta Casa, como já o fiz ao Governador, ao Ministro
da Infra-~~E~~strutura, à Secretaria Nacional de Comunicação, para que
se instale, o mais ^{rapidamente} ~~rápido~~ possível, torres repetidoras de sinais
de televisão e ^{de} «rádio FM, para que a comunidade também possa ter ~~e~~
direito à notícia.

Era o que tinha a dizer.

28 JAN 1991

Orador: Pedro Celso

16h55

28/01/91

EL-fo 19/3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto aqui para denunciar essa execrável figura que habita nossa cidade, que tem por nome Múcio Athaide.

Conforme já denunciei outras vezes, novamente, ele não pagou os salários dos funcionários dos jornais "Correio do Brasil" e "O Povo" referentes ao mês de dezembro. Quando os funcionários foram receber, já estavam demitidos.

~~Estamos hoje com~~ três funcionárias da administração daqueles órgãos ^{hoje estão,} ~~em greve de fome, dentro da empresa.~~ ^{trate-se de} É uma situação de descalabro. Se vivêssemos num país que tivesse justiça, com certeza essa execrável personalidade estaria presa.

Comunico aos nobres Deputados que em Brasília está sendo formado um organismo feor ^{denunciado} nome "ALMA", que frã- ~~existe em Goiás, bre-~~ ~~ve no Rio de Janeiro, que significa~~

25 JAN 1991

CL-FI

já existe em Goiás e no Rio de Janeiro, ~~fc~~ para ~~breve~~ ~~será~~ ~~criada~~

~~em Brasília,~~ ALMA significa Associação dos Lesados do Múcio
Athaíde.

Agora ¹ gostaria de dar um esclarecimento, pedido pela
companheira Lúcia Carvalho, sobre o pagamento dos funcionários
do gabinete.

Amanhã, às 10 horas, a Mesa vai tomar uma posição ~~bem~~
relativamente a essa *em um ponto decisivo:*
~~relação~~ à questão. Quero tranquilizar ~~te~~. todos ¹ todos vão re-
ceber.

nos esforçando
Neste momento, estamos ~~fazendo~~ ^{nos esforçando} um ~~esforço~~ para ver se
temos condições de pagar os funcionários dos gabinetes dos
Deputados até o dia 1º de fevereiro. Se não conseguirmos, o
pagamento do pessoal será feito, conforme estipula a lei, até o
quinto dia útil do mês seguinte, ^{ou seja,} ~~mês de~~ fevereiro. (no caso j

Portanto, tranquilizemo-nos todos, porque o pagamento, com cer-
seu feito
teza, vai ~~sair~~ e ninguém será prejudicado.

Sr. Presidente,
M Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para apresen-

tar o seguinte projeto de lei:

Atos 362
28 JAN 1991

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CL-72
20.2

PROJETO DE LEI Nº 034, DE 1991.

Do Sr. Pedro Celso

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE INTERMEDIÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O governador do Distrito Federal

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica vedada qualquer forma de intermediação remunerada de mão-de-obra nos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, direta, indireta e fundacional, ainda que mediante locação.

§ 12 - As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas, objeto de execução indireta, mediante contrato, deverão cessar nos termos desta Lei.

§ 2º - A proibição deste artigo abrange a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 2º - Os contratos de locação de mão-de-obra ou de qualquer forma de intermediação remunerada de prestação de serviços, vigentes na data da promulgação desta Lei, não poderão ser renovados ou prorrogados, ficando extintos na data de seu vencimento.

Art. 3º - No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, o Governador do Distrito Federal apresentará projeto de lei criando os cargos necessários ao regular funcionamento dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, inclusive para as funções de motorista, vigilante, ascensorista, telefonista e auxiliar de serviços gerais.

§ Único - No mesmo prazo previsto neste artigo e com a mesma finalidade, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão criar os empregos necessários.

28 JAN 1991

CLB

20.3

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Art. 4o - No prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da **publicação** desta Lei, o Instituto de desenvolvimento de Recursos Humanos (IOR), da Secretaria de **Administração** do Governo do Distrito **Federal**, deverá promover concurso público para provimento dos cargos e empregos que **serão criados** em decorrência desta Lei.

~~§ 1o~~ ^o - Nos concursos públicos para os cargos e empregos de vigilante serão **observados os** requisitos para o **exercício** da **profissão**, previstos na Lei no 7.102, de 20 de Junho de 1983. v

~~§ 2o~~ - **Aos** trabalhadores admitidos na forma **vedada** por esta **Lei**, que prestavam **serviços** continuados à **órgão** ou entidade do Distrito Federal, há pelo menos cinco anos, em 05 de outubro de 1988, fica reconhecido o vínculo com a Administração Pública Distrital e a estabilidade de que trata o art. 19, da **Constituição** Federal, sem **prejuízo** da **necessidade** de de concurso publico para fins de efetivação.

Art. 5o - O provimento dos cargos e empregos de que trata esta Lei dar-se-ã **nos** vencimentos dos contratos **mencionados** no art. 2o.

Art. 6o - Esta Lei entra em vigor da data ~~de~~ **sua publicação**.

Art. 7o - Revogam-se **as** disposições em **contrário**.

Deputado **PEDRO CELSO**

OL-74

J U S T I F I C A Ç Ã O

A presente proposição tem como objetivo extinguir toda e qualquer forma de intermediação da remuneração de mão-de-obra, tendo em vista que a referida locação se constitui em verdadeiro instrumento de escravização do ser humano.

E absurdo o contraste entre o lucro das empresas locadoras de mão-de-obra contratadas pela Administração Pública e os poucos salários percebidos pelos trabalhadores, que são irrisórios e incapazes de atender a menor de suas necessidades.

Esta situação tem mantido um grande peso econômico para o Erário Público, que não vê seus gastos em favor de fatores sociais e econômicos da classe trabalhadora, mas, sim, em favor de algumas firmas locadoras.

Por outro lado, o exercício de atividade permanente na administração pública, por pessoa não habilitada em concurso público, representa violação ao princípio constitucional de livre acesso aos cargos públicos, assegurado a todos os cidadãos.

Entendemos ainda que, em relação aos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, é inconstitucional a locação de mão-de-obra', . "não só pela necessidade de concurso público, como também pela adoção do Regime Jurídico Único, previsto no art. 39 da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a proposição apresentada não representará aumento de despesa, ao contrário, possibilitará redução dos custos com economia para os cofres públicos, além de proporcionar melhor remuneração e qualidade de vida a esses servidores.

Sala de sessões, em, de de 1991.

DEPUTADO PEDRO CELSO

28 JAN 1991

Ch. 15 20.5

Com a apresentação desse projeto, procuramos acabar, no âmbito do Distrito Federal, com ~~essa~~ ^a ~~coisa~~ vexatória frou é a locação de mão-de-obra. Desejamos acabar com a intermediação, que significa uma verdadeira escravidão branca.

Esperamos que todos os Deputados somem conosco, ~~no sentido de acabar~~ ^{para} com essa ~~coisa~~ ^{prática} terrível que acontece em nossa cidade.

Recentemente, em debate promovido pelo Sindicato dos Vigilantes, para o qual foram convidados Parlamentares - presentes o Presidente da Casa, Deputado Salviano Guimarães, e eu; o Secretário do Trabalho foi convidado, mas não compareceu -- ouvimos suas preocupações com relação à realização de concurso para as áreas que citei. Segundo nos disseram, havendo concurso para pessoal que faz serviço de servente, de faxina, de copeiro etc., ficariam desempregadas ~~as~~ ^{cerca} ~~redes~~ de 60 mil pessoas, que prestam esse tipo de serviço para a administração do Distrito Federal.

Devo dizer que a Fundação Educacional, por exemplo, contrata pessoas, através de concurso público, para essas áreas, e nunca houve problemas. Há especificidades a serem exigidas para a feitura desses concursos, como entrevistas, prova de experiência anterior e outras.

Esperamos que os Deputados façam coro conosco ^{na apresentação} ~~desse~~

28 JAN 1991

CL-76 20.6

projeto, para que acabemos com essa mina de ouro, com essa "Serra essa atividade, Pelada", como foi chamada no debate promovido pelo Sindicato dos Vigilantes, ~~e~~ realizado nas dependências do Sindicato dos Professores, no sábado último. A ~~contração~~^{ta} de firmas para a realização desses serviços tem enriquecido muito as empresas locadoras de mão-de-obra, mas levado à miséria absoluta os que trabalham nessas áreas.

Hoje sabemos que as empresas recebem, no mínimo, três salários por pessoa, e pagam apenas um salário mínimo, ~~que~~ aliás, ~~ainda tem~~^{em} descontos ilegais, o que pessoalmente já pude verificar,

Também devemos lembrar que o Governo do Distrito Federal é o maior empregador nessa área, e faz-se necessário acabar com isso, porque hoje as empresas que aqui controlam o serviço de locação de mão-de-obra pertencem a um grupo familiar, de cunhado para cunhado, de sogro para genro, e assim por diante. Essas pessoas são donas de um rentabilíssimo negócio.

Orador: Pedro Celso

Taq. Andréa

Hor. 17.05

28 JAN 1991

CL-FF

21.1

[Tejamos]
o caso da Fundação Hospitalar, ~~onde~~ fizma empresa prestadora de serviços, no caso a Sanole, leva uma verdadeira fortuna daquela *da prestação* Fundação, em detrimento de um serviço de qualidade à população e a outros setores. Portanto, é hora de Brasília dar uma demonstração de que essa forma de trabalho, ~~essa forma~~ de locação, ~~essa forma~~ de escravidão branca precisa acabar. Seria extremamente positivo que esta Câmara Legislativa aprovasse esse projeto, *pois a coisa* dando uma demonstração ao resto do País, para que se espelhasse também nesse exemplo, *de como* ~~a fim de~~ acabar com esse tipo de *trabalho* ~~coisa por aí~~ ~~afora~~.

Sabemos que o cartel das empresas vai jogar extremamente pesado, fazendo lobbies aqui dentro desta Casa para que este projeto não vá adiante. Mas confiamos no bom ¹senão dos parlamentares, no seu espírito de humanidade e de justiça social. E sempre bom lembrar que do ponto de vista econômico, esse projeto se tornou mais viável para o Governo do Distrito Federal do que a própria locação de mão-de-obra. Já tivemos oportunidade de conversar com alguns representantes do Governo do Distrito Federal, que argumentaram exatamente o contrário, que a locação de mão-de-obra se tornou muito menos onerosa para os cofres públicos do que a contratação direta, *no* ~~coisa em~~ que não acredito. Mas se isso convencer alguns Deputados, é bom lembrar que precisamos dar a esta cidade, a essas pessoas uma conotação de justiça social, de humanidade, para que elas

28 JAN 1991

28 JAN 1991

CL-18 21.2

tenham uma vida digna, decente, e possam ter uma garantia mínima de emprego e condições mais razoáveis de vida e de trabalho.

Era só o que tinha a dizer. [Muito obrigado.]

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa projetos de lei de autoria ^{de diversos senhores Deputados.} dos Deputados Cláudio Monteiro, Manoel ~~de~~ Andrade e Pedro Celso.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura ^{dos} ~~dos~~ ~~meses~~ ^{meses} ~~meses~~ ^{proposições.}

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) -- Projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal a criar a Secretaria de Justiça, mediante a estrutura que especifica, e dá outras providências, de autoria do Deputado Cláudio Monteiro.

fi Projeto de lei que intitui pensão especial para as viúvas de mototistas de táxi assassinados em serviço, e dá outras providências, de autoria do Deputado Manoel de Andrade.

"Projeto de lei que assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, e militares, de ^e internação coletiva, e regulamenta o item ^{VII} ~~V~~ do art. 59 da Constituição Federal, de autoria do Deputado Maurllio Silva.

"Projeto de lei que dispõe sobre a utilização de áreas abertas ao público para realização de reuniões no Distrito Federal, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho e outros.

28 JAN 1991

26-79 #
21.3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nada mais ha-
vendo a tratar, ~~declare encerrada a presente sessão~~ convocar
a próxima sessão ordinária, para amanhã, na
hora regimental. Está encerrada a presente sessão.

x x x

(CL-80)

~~MESA~~

~~Presidente~~

~~Salviano Guimarães (PFL)~~

~~Vice-Presidente~~

~~Tadeu Róriz (PSC)~~

~~1º Secretário~~

~~Pedro Celso (PT)~~

~~2º Secretário~~

~~José Ornellas (PL)~~

~~3º Secretário~~

~~Benício Tavares (PDT)~~

~~Suplentes~~

~~José Edmar (PTR)~~

~~Fernando Naves (PDC)~~

Obs: O papel para o papel deve ser marcado por fio.